



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO MARCO DO SINAES:
UM OLHAR SOBRE OS RELATÓRIOS DE TRÊS
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

THIENE RAIANNE OLIVEIRA RODRIGUES

Brasília-DF

Dezembro/2014

THIENE RAIANNE OLIVEIRA RODRIGUES

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO MARCO DO SINAES:
UM OLHAR SOBRE OS RELATÓRIOS DE TRÊS
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília – UnB, como
requisito parcial para à obtenção do
título de Licenciatura Plena em
Pedagogia, sob a orientação do Professor
Doutor José Vieira de Sousa.

Brasília/DF

Dezembro/2014

RODRIGUES, Thiene Raianne Oliveira.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO MARCO DO SINAES: UM OLHAR SOBRE OS RELATÓRIOS DE TRÊS UNIVERSIDADES FEDERAIS / Thiene Raianne Oliveira Rodrigues. – Brasília/DF - UnB. 2014, p.

Trabalho conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2014.

1. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-Sinaes. 2. Autoavaliação Institucional. 3. Educação Superior.

Orientador: Doutor José Vieira de Sousa.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Monografia de autoria de Thiene Raianne Oliveira Rodrigues, intitulada “autoavaliação institucional no marco do Sinaes: um olhar sobre os relatórios de três universidades federais” apresentada como requisito parcial para a obtenção do diploma de graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília, em dezembro de 2014, defendida e aprovada, pela banca examinadora abaixo assinada:

Banca Examinadora

Professor Doutor José Vieira de Sousa
(Orientador – Universidade de Brasília)

Professora Doutora Maria Abádia da Silva
(Examinadora – Universidade de Brasília)

Professora Doutora Girlene Ribeiro de Jesus
(Examinadora – Universidade de Brasília)

Brasília/DF

Dezembro/2014

*Dedico esse trabalho à minha família:
Carlton, Thayane e Vera por estarem
sempre presentes em minha vida e por
colorir os meus dias com: alegria, amor,
esperança e sabedoria.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade e por estar ao meu lado, guiando-me e capacitando-me nessa trajetória acadêmica e pela concretização de um sonho que era estudar na Universidade de Brasília.

Ao longo da vida conhecemos pessoas que não apenas passam por nossas vidas, mas que nos ajudam a escrever a nossa história, e pelas quais tenho um grande e forte agradecimento a realizar.

Aos meus pais Carlton e Vera pelos números conselhos e ensinamentos, que serviram de norte a todos os momentos, bem como por serem o meu porto seguro nos dias difíceis e nos momentos de contentamento. Obrigada!

À minha irmã Thayane, que por ser companheira e amiga sempre esteve disponível para escutar-me e incentivar-me, ensinando-me o valor da lealdade e cumplicidade que há na relação entre irmãos.

Às minhas amigas de graduação: Daniele Amorim, Jéssica Ferreira (Tchuca), Lohane Peixoto, Bárbara Diniz e Patrícia Pereira por encheram os meus dias de sorrisos, alegrias, forças, descobertas e pelas conversas que tivemos durante esse período.

À amiga e professora Vanessa Di Farias, obrigada pelas conversas, ensinamentos, apoio e presença que se iniciou no ensino médio e que segue até hoje.

Ao Clube Universitário de Canoagem – CUCa, pelo acolhimento e oportunidade de manter sempre acessa a minha paixão pelo esporte, por ensinar-me a buscar e conquistar os objetivos com força, disciplina e equilíbrio. Um agradecimento em especial a dois grandes amigos conquistados nesse clube: Daiana Ponte e Vinícius Marinho .

Ao meu namorado, amigo e parceiro de equipe Daniel Dourado, por fazer parte da minha vida e enchê-la de bons momentos, pelo constante apoio e incentivo, além do cuidado, carinho e amor diário.

Durante esta trajetória conheci grandes educadores que foram motivo de inspiração para a minha vida acadêmica, dentre esses há aqueles que não apenas contribuíram para a construção acadêmica, mas que deixaram sua assinatura e que será eternizada na minha história.

Aos professores Cristiano Alberto Muniz, Paulo Sérgio de Andrade Bareicha e as professora Maria Helena da Silva Carneiro, Ana Maria de Albuquerque Moreira e Ingrid Raad. Esses professores foram inspiradores durante a minha trajetória. Sem

dúvidas, eles foram aqueles que exigiram e ensinaram-me a transpor a zona de conforto, a buscar os desafios, a pensar criticamente, a descobrir que os limites não se resumem nas dificuldades encontradas ou no desespero por ainda não ter todas as respostas. Expresso por meio dessas palavras a gratidão por esses e todos os ensinamentos e momentos no qual sempre se manteve vivo, mesmo não estando diariamente em contato direto e físico com os senhores e senhoras, posso afirmar que se mantiveram sempre presentes. Obrigada!

Ao professor e orientador José Vieira de Sousa, por viabilizar a minha imersão no campo das políticas públicas educacionais, pelas inúmeras oportunidades concedidas durante a realização dos nossos trabalhos, pelos ensinamentos e paciência, assim como pela confiança estabelecida.

O importante é sempre ter na bagagem aqueles momentos e pessoas que conseguiram de maneira consciente e outras não, atribuir valores, agregar amores, impulsionar sorrisos, iluminar olhares e assim eternizar significados. Um grande OBRIGADA a todos(as)!

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO

O presente memorial educativo tem por objetivo apresentar e descrever a minha trajetória de vida, focando especialmente no percurso acadêmico desde a educação básica até universidade. Serão apresentados alguns caminhos que percorri durante o curso de Pedagogia, os quais foram fundamentais para iniciar a minha construção do ser professor/docente, assim como as razões pelas quais optei pelo estudo da autoavaliação institucional no âmbito da política definida pelo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes –, instituído pela Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004.

1. Revisitando minha trajetória de vida e da educação básica

A história de vida para muitos se inicia juntamente com o nascimento, mas acredito que a minha história pode ser contada antes do meu nascimento. Meus pais se conheceram durante a infância, pois as famílias eram amigas, e depois de vários anos aconteceu que se tornaram namorados e, com poucos meses de namoro, decidiram se casar.

Um ano após o casamento eles planejavam se tornar pais e ter o primeiro filho, e é assim que pontuo o primeiro momento da minha existência, quando surgiu o desejo deles em constituírem uma família. Este planejamento chega ao plano da existência no dia 09 de março de 1991 com o meu nascimento, uma criança saudável e bem gordinha!

Todo esse planejamento e desejo foram fundamentais para que a minha família se construísse sobre uma base sólida e que marcou e marca o meu crescimento e desenvolvimento. Após três anos do meu nascimento, meus pais tiveram a segunda e última filha. Diante deste fato, no início apresentei-me muito resistente em aceitar a presença dela, pois acreditava que ela iria “roubar” tudo o que era meu, como o quarto, meus pais e os brinquedos. Mas em pouco tempo esse sentimento transformou-se em um sentimento de parceria, cumplicidade e de proteção no qual nos tornamos além de irmãs, grandes amigas.

O meu laço familiar é o bem mais valioso que possuo e o mais importante, pois a dedicação e responsabilidade dos meus pais sempre foram fonte de inspiração e um forte alicerce para que eu alcançasse uma vaga na Universidade de Brasília. Apesar dos

meus pais não terem cursado a educação superior, sempre revelaram e incentivaram que suas filhas tivessem o desejo e a vontade de estudar e alcançar lugares mais altos do que os alcançando por eles.

A minha vida escolar sempre foi em instituições de ensino públicas na cidade de Sobradinho/Distrito Federal, onde sempre morei. Quase que predominantemente cursei todas as “séries” no turno matutino, e iniciei a trajetória escolar no antigo Jardim de Infância II com 5 anos de idade, nunca reprovei e passei por poucas escolas durante a educação básica, sendo um total de cinco escolas.

Lembro que os meus pais sempre estiveram presentes na minha vida escolar, porém nunca foram do tipo que sentavam com os filhos para ensinar ou cobrar o dever de casa e a agenda. Não sei qual o motivo, mas durante toda a escolarização sempre realizei as tarefas que eram para casa sozinha e sem ajuda, da mesma forma eu era responsável por cuidar dos materiais, agenda e uniforme.

É difícil escrever sobre a minha trajetória escolar, pois nunca achei empolgante, atraente ou animador estudar, nunca percebi a escola com um lugar mágico ou algo do tipo. Encarava a escola como uma obrigação e uma necessidade, e desta forma deveria desempenhar o melhor papel possível neste ambiente, pois de alguma forma isso seria de fundamental importância para o futuro, que nunca sabemos ao certo qual será. O momento mais atraente na escola até o ensino médio era o momento da recreação ou educação física, pois era quando eu estava livre e alegre.

O fato de não gostar da escola não significava que não apreciasse estudar ou que tirava notas baixas: na verdade gostava de estudar, aprender e obter bom resultados e elogios da professora. Porém, o que mais incomodava na escola era que me sentia reprimida e obrigada a fazer as tarefas para as quais não estava segura para realizar naquele momento, principalmente em relação às atividades de Língua Portuguesa e História.

Por ser tímida e ter vergonha de falar em público, era constantemente colocada em situações consideradas por mim desconfortáveis e, muitas vezes, “violentas”. As professoras dificilmente respeitavam essa minha característica ou procuravam ajudar de maneira saudável a superar os limites da timidez. Talvez esse seja o motivo de não ter achado a escola um ambiente muito agradável e alegre, e sim um espaço de responsabilidades e obrigações.

Apesar desse cenário nada animador encontrado no ambiente escolar, sempre mantive um olhar e aproximação junto aos professores. Na verdade, hoje percebo que

estabelecia uma relação afetiva com a maioria dos meus professores. O professor era de alguma forma alguém externo ao meu ciclo familiar, no qual eu possuía um respeito e admiração de grande valor.

Em linhas gerais, essas são as memórias mais marcantes da vida escolar, mas além destes fatos principais preciso ressaltar alguns outros eventos marcantes e que, por serem acontecimentos ímpares, merecem ser rememorados e devidamente pontuados como de fundamental contribuição para a minha formação escolar e pessoal.

Apesar da boa relação afetiva com os professores, posso dizer que foram poucos aqueles que utilizaram da sensibilidade e respeito diante da minha dificuldade e medo na realização das atividades que exigiam a minha exposição verbal.

Posso pontuar que o período mais crítico durante a escolarização, foi de 5ª a 8ª série, isso porque pela primeira vez fui defrontada e desafiada a superar o medo de falar em público e aprender a lidar com a timidez. Já que nesse período tive um aumento no número de professores, disciplinas e, conseqüentemente, maior volume de trabalhos escritos e orais.

Neste contexto, lembro-me de um trabalho de ciência no qual era composto por duas partes, uma escrita e outra oral. Realizei a pesquisa e a construção do trabalho de forma considerada pela professora excelente, porém no momento da apresentação oral fui incapaz de realizar a atividade, pois me encontrava em estado de “choque” por causa do medo de falar em público. Esse foi o momento mais difícil... e para a minha surpresa a professora apresentou-se sensível a essa situação e se dispôs a ajudar-me, por isso o nome dela jamais será apagado da minha memória, professora Débora.

Ainda nesse período e na mesma escola, fui convidada por uma professora de português a participar de um projeto chamado “Viagem, Nestlé pela literatura”. Não sei quais os critérios utilizados pela professora para recrutar os alunos, porém não me encaixava no perfil do grupo, pois a maioria dos alunos eram bons em português, comunicação oral e leitura regular e eu, definitivamente, não possuía nenhum desses requisitos.

Todavia, foi com esse projeto que descobri a magia da leitura e o quanto ela possibilitava viagens e conhecimentos sem sair do lugar. As atividades do programa “Viagem, Nestlé pela literatura” eram intercaladas entre produção de texto, leituras e dinâmicas, essa sequência de atividades extraclasse colaborou para que eu pudesse me perceber como grupo e individualmente, pois a cada nova proposta realizada percebia um amadurecimento pessoal e escolar.

Ainda da 5ª a 8ª séries consegui ganhar destaque na escola em algumas disciplinas como: Matemática, Ciências e Artes. Esse destaque colaborou para que dentro da turma desenvolvêssemos mecanismos de colaboração, pois aqueles que dominavam mais uma matéria ajudavam o outro e vice-versa. Com isso, iniciei o longo processo de superação da timidez, pois passei a ensinar outros alunos e a ser ensinada por eles, o que facilitou muito a construção/apropriação dos conhecimentos e minha própria aprendizagem.

Já no ensino médio, a memória se restringe a duas situações: a amizade e a duas disciplinas (Matemática e Física). Os laços de amizade criados no ensino médio foram significativos e fortes, pois me mantive acompanhada ao longo dos três anos por dois colegas, Adson e Higor. Éramos um trio considerado pelos professores “parada dura”, pois conseguimos ganhar destaque na escola, pelo bom desempenho e pela amizade.

Nessa fase sentia-me desafiada pelas referidas disciplinas. E isso foi motivador durante o ensino médio, pois adorava estudar ambas e a ensinar os colegas de classe. Por gostar delas, acabei me interessando pelo projeto de robótica que havia na escola, participei da seleção e consegui entrar.

Porém, ao iniciar a minha participação no projeto encontrei duas grandes dificuldades, uma dizia respeito ao fato de que a Matemática necessária era superior à aprendida em sala de aula e a segunda por ser em turno contrário. Após um ano no projeto acabei desistindo, pois exigia muito tempo de dedicação para acompanhar o planejamento e execução dele. Essa foi uma experiência rica em desafios e um grande motivador no desejo de estudar na Universidade de Brasília.

2. Universo Universidade de Brasília – UnB

Primeiro, preciso esclarecer que não tenho condições para pontuar neste memorial tudo que conquistei, vivi, aprendi, encontrei, superei e por que não, algumas frustrações encontradas ao longo desses quatro anos na universidade, desde que nela ingressei no primeiro semestre de 2011.

O ingresso na UnB era um desejo e um imenso sonho, por isso não consigo definir com clareza os porquês. Mas tinha uma expectativa de encontrar nesse ambiente um crescimento pessoal e profissional de extrema relevância para a minha vida. Foi na universidade e após o primeiro semestre que descobri o grau de importância que um

olhar observador possui, ele é capaz de contribuir para a construção de um espírito reflexivo no qual atribui valores a vida profissional e pessoal.

Como dito antes, após o primeiro semestre comecei a perceber o universo da universidade, isso porque, de início, não gostei nada do curso de Pedagogia, pois as disciplinas desse semestre eram “enrolação total”. Este fato acabava tirando todo o ânimo em ir para a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Tudo o que queria e esperava ao ingressar nessa universidade era estudar muito, descobrir que havia uma infinidade de conhecimentos que não fazia ideia de sua existência, mas que eles seriam descobertos e fascinantes. Porém, isso não aconteceu no primeiro semestre.

Com o tempo acabei descobrindo quais os melhores professores, as disciplinas que poderiam contribuir para a minha construção como discente, docente e pessoal. Foi nesse momento que comecei a conhecer a diversidade e grandeza da universidade. Durante a graduação, me permiti conhecer diversas áreas da Pedagogia, como: educação matemática, educação de geografia, educação infantil, grupos socioeducativos, música e, por último, o campo das políticas públicas educacionais.

Nesse percurso entre os diversos campos do conhecimento permitiu-me construir um olhar multi e crítico-reflexivo, porém percebo que este foi apenas o início de um longo processo que espero continuar durante a vida.

Algumas disciplinas e experiências foram marcantes na Universidade de Brasília como, por exemplo, a minha participação na vida acadêmica, cultura e esportiva durante quatro anos de permanência nessa instituição.

Na vida acadêmica, evidencio a minha participação no projeto de educação matemática com o professor Cristiano Muniz, no qual também realizei o estágio obrigatório. Nesse projeto tive a primeira vivência no ambiente escolar, visto que a proposta do trabalho desenvolvido com o referido professor ressaltava a importância da observação e atuação no espaço escolar. Não apenas observamos o espaço escolar como um todo, mas também realizamos um trabalho de docência todos os dias junto ao professor da turma. Essa experiência possibilitou-me conhecer e vivenciar os desafios do espaço escolar não somente no interior da sala de aula, mas na escola como um todo, pois tive a oportunidade de participar de reuniões de professores, pais e elaboração de feiras e amostras culturais. Esse foi o período mais rico na minha construção como futura docente, pois estava inserida, de fato, no cotidiano da escola, da turma e do grupo que também realizava estágio e participava do projeto.

Não tive a oportunidade de continuar na Fase 2 desse projeto, pois o professor Cristiano Muniz afastou-se para seu pós-doutorado. Entretanto, optei por continuar o mesmo trabalho e na mesma escola, ainda que sob a supervisão da professora Cristina Leite.

Esse segundo momento do estágio foi bom, mas tive que realizar alguns alinhamentos no trabalho, buscando dar continuidade à discussão de educação matemática, porém visando também, a educação geográfica em meu trabalho. Esse realinhamento contribuiu para a minha tomada de consciência no desenvolvimento de um trabalho transdisciplinar e multidisciplinar, conhecendo mais um desafio que era articular, de forma coerente, várias áreas do conhecimento no desenvolvimento de algumas atividades.

Passei um ano dentro desta escola desenvolvendo um trabalho que me possibilitou conhecer o funcionamento do espaço escolar, não apenas a sala de aula. Além disso, pude reconhecer algumas dificuldades que a rede pública de ensino do Distrito Federal ainda enfrenta, como a falta de professores para algumas disciplinas, o fato de compactarem os turnos em decorrência a reuniões pedagógicas ou administrativas.

Trabalhei com o professor Paulo Bareicha durante um ano, no atendimento de grupos socioeducativos (GS). Desenvolvendo um trabalho denominado “circulo de conversa”, com jovens de 18 a 35 anos de idade que foram flagrados portando ou consumindo drogas (especificamente maconha). A princípio, esta atividade foi um grande desafio, pois nunca tive contado direto com pessoas que se declaram usuárias de maconha e pelo preconceito que eu possuía com as pessoas que eram usuários e/ou dependentes de drogas.

Nesse projeto percebi que a visão do pedagogo deve ser a de ir além das limitações que possuímos como pessoas, superando nossos preconceitos e dificuldades em lidar com o que é diferente e não pertencente ao nosso contexto. No grupo de trabalho aprendi a importância do diálogo exploratório e indutor de perguntas, pois a ideia era sempre proporcionar reflexões que transpassassem a “linha do comodismo e das certezas”. Certamente, esse processo ensinou-me a lidar de forma mais confiante com a minha timidez, pois era preciso debater, argumentar, ouvir e refletir junto a pessoas que não conhecia.

Realizei algumas disciplinas e alguns cursos no instituto de música que foram de grande contribuição acadêmica, pois as disciplinas e cursos eram destinados à formação

do professor, não sendo foca exclusivamente ao ensino da música ou teoria música. Essas atividades desenvolvidas possibilitaram-me visualizar outras abordagens para serem trabalhadas no desenvolvimento pedagógico das aulas, colaborando para a constante renovação do olhar sobre o espaço escolar e as possibilidades de ações na qual podemos recorrer.

Ainda na área de música realizei um estágio para conhecer as possibilidades de se explorar a música dentro das aulas e não utiliza-las exclusivamente como ferramentas para brincadeiras ou momentos de descontração. Junto a este estágio tive a oportunidade de participar de um pequeno congresso realizado na UnB, com a professora Cecília Franco uma profissional que dedicou seus estudos na área de musicalização infantil, aprendi nesse congresso a conciliar e explorar o movimento motor com questões de memorização e exploração do espaço, ótimas atividades para serem trabalhadas no espaço escolar.

No último ano do curso de Pedagogia conheci o campo das políticas públicas com o professor José Vieira de Sousa, junto a quem acabei realizando a escolha do tema da monografia. A meu ver, essa é uma área pouco explorada pelos estudantes do curso de Pedagogia e também pelo currículo do mesmo. Percebi que havia realizado apenas as disciplinas obrigatórias nessa área e duas na área de planejamento educacional. Durante essas disciplinas sempre percebi uma deficiência teórica e prática na minha formação e após a realização da disciplina Avaliação nas Organizações Educativas com o professor Vieira, iniciei um maior contato e inserção nesta temática.

Particpei do grupo de pesquisa liderado pelo referido professor junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (Gepaes). Além disso, auxiliei em uma pesquisa que o referido professor estava realizando no início do ano de 2014, sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, com foco na autoavaliação institucional. Diante deste fato, percebi a importância e oportunidade de trabalhar com essa temática na minha monografia e segui esse caminho. Todavia, percebi um grande desafio: minha deficiência teórica e prática na área, pois observo que as disciplinas oferecidas são fundamentais, porém não são suficientes para o “pleno” conhecimento na área .

Com o manuseio e a leitura dos relatórios de autoavaliação institucional das instituições de educação superior, durante o auxílio prestado à mencionada pesquisa, percebi a complexidade e dimensão da área de avaliação e políticas públicas para a

educação brasileira. Na prática, esse fato eu ainda não tinha percebido durante as disciplinas realizadas no curso de Pedagogia.

Sem dúvida, a temática da autoavaliação está presente no espaço escolar, porém não havia percebido a dimensão e amplitude dele. Todavia, fui percebendo isso durante o trabalho desenvolvido junto ao professor e na realização da minha monografia. Foi quando consegui realizar conexões com o que havia vivenciado nos estágios, tudo isso possibilitou-me maiores descobertas e ampliação na minha trajetória acadêmica.

A Universidade de Brasília possibilitou a minha inserção no mundo esportivo e cultural, pois realizei algumas disciplinas fora do curso de Pedagogia, as quais foram fundamentais para a ampliação cultural. Igualmente, as disciplinas na área de educação musical e na educação física permitiram agregar valores e conhecimentos no curso que realizei.

Por fim, termino esse memorial falando da minha participação no Clube Universitário de Canoagem da Universidade de Brasília. Sem dúvida, minha entrada nesse clube foi de fundamental importância para conhecer, de fato, a diversidade de oportunidades que essa universidade disponibiliza aos seus alunos.

Como atleta de canoagem da UnB, pude representar a universidade em diversas competições realizadas não apenas no Distrito Federal como em outros lugares do país também. Por isso, essa oportunidade significou e significa muito durante a minha passagem pelo curso de Pedagogia e pela Universidade de Brasília, pois tive a chance de representar a UnB não apenas na vida acadêmica mas também cultural e esportiva.

PARTE II – MONOGRAFIA

RESUMO

Este trabalho de monografia tem como tema central a autoavaliação institucional, um entre os três componentes que constitui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sines, instituído pela Lei 10.181, de 14 de abril de 2004. Desta forma, a autoavaliação constitui-se elemento fundante deste programa de avaliação do ensino superior, pois busca proporcionar às instituições de educação superior – IES a auto-reflexão e o autoestudo de sua realidade e prática, propiciando a formação de uma identidade e cultura institucional singular a cada instituição. O objetivo deste estudo é analisar se os relatórios desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de três universidades públicas atendem as dimensões definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- Sinaes, investigando a concepção de autoavaliação que norteia tais relatórios. Para a realização desta pesquisa recorreu-se a abordagem qualitativa, utilizando os relatórios de autoavaliação. Essa análise teve como base os documentos oficiais e leituras/autores conceituados na área de avaliação institucional. As análises dos dados revelam que em alguns casos os relatos expressos por meio da autoavaliação são resultado de uma coleta de dados pouco explorado pelas IES e CPAs para subsidiar mudanças no âmbito institucional, ocasionando uma superficialidade dos dados e a não utilização desse processo avaliativo para proporcionar o autoconhecimento institucional e a incorporação de uma cultura avaliativa dentro das instituições de ensino superior.

Palavras chave: Sinaes. Autoavaliação. Educação superior.

ABSTRACT

This thesis work is focused on the institutional self-evaluation, one of the three components that constitute the National Higher Education Evaluation System - Sines, established by Law 10.181 of 14 April 2004. Thus the self-assessment element constitutes founding of this assessment in higher education program seeks to provide for the higher education institutions - IES self-reflection and self-study of their reality and practice, leading to formation of a singular identity and institutional culture of each institution. The aim of this study is to analyze whether the reports developed by the Internal Evaluation Commission - CPA three public universities serve those defined by the National Higher Education Evaluation System – Sines, investigating the concept of self-assessment that guides such reports. For this research we resorted to a qualitative approach, where we used the reports autoavaliação in which lies on the public domain and documentary analysis. This analysis was based on official documents and readings / respected authors in the area of institutional assessment. Data analyzes reveal that in some cases the stories expressed through the self-assessment results are a data collection unexploited by IES and CPAs to support changes in the institutional framework.

Keywords: Sinaes. Self-assessment. Higher education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela

Tabela 1 – Número de IES por categoria administrativa – Brasil, 1996 a 2006..... 36

Tabela 2 - Expansão universitária..... 37

Quadros

Quadro 1 - Programas criados para favorecer a democratização da educação superior nas instituições públicas entre 2004 e 2013..... 37

Quadro 2 - Concepções de avaliação institucional..... 40

Quadro 3 - Características dos programas de avaliação da educação superior brasileira implantados no Brasil..... 59

Quadro 4 – As concepções de autoavaliação presentes nos relatórios das IES e suas respectivas missões..... 62

Quadro 5 - Aproximações entre duas instituições (UFPB e UFRJ) sobre a relação entre o PDI e as ações de planejamento e gerenciamento da IES..... 65

Quadro 6 - As principais ações descritas pelo Sinaes e atendidas nos relatórios das IES na dimensão 3..... 67

Quadro 7 - Aspectos relevantes do Sinaes que deveriam ser mencionados nos relatórios das IES, segundo as dimensões 2, 4 e 9..... 68

Quadro 8 - Descrição geral dos relatórios de autoavaliação de cada instituição pesquisada..... 72

Quadro 9 - Potencialidades e fragilidades apontadas pela Universidade Federal de Alagoas..... 74

Quadro 10 - Potencialidades e fragilidades apontadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro..... 75

Quadro 11 - Potencialidades e fragilidades apontadas pela Universidade Federal da Paraíba..... 76

Quadro 12 - Aspectos pontuados como fragilidades pelas IES.....	78
---	----

Gráficos

Gráfico1 - Distribuição do quadro de docentes segundo a qualificação acadêmica das instituições UFPB e UFRJ.....	69
Gráfico 2 - Distribuição dos docentes segundo a carga horaria das instituições UFPB e UFRJ.....	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEA	Comissão Especial da Avaliação
CNRES	Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
BIRD	Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ENC	Exame Nacional de Cursos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEPAES	Grupo de Estudo de Políticas de Avaliação da Educação Superior
Geres	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
IES	Instituições de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
Paiub	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
Paru	Programa de Avaliação de Reforma Universitária
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão e Pessoas
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SESu	Secretaria de Educação Superior

SUMÁRIO

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO VIII

- 1. REVISITANDO MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA E DA EDUCAÇÃO BÁSICA VIII**
2. UNIVERSO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB XI

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 23

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES E ELEMENTOS DA RELACÃO ESTADO E EDUCAÇÃO 31

- 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO: O “ESTADO EM AÇÃO” 31**
**1.2 MUDANÇAS E INFLUÊNCIAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA A
PARTIR DA DÉCADA DE 1980 33**
1.3 AVALIAÇÃO: INSTRUMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS 38

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO PARU AO SINAES 43

- 2.1 BREVE EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL
..... 43**
2.2 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA – PARU 44
2.3 COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – CNRES 45
2.4 GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – GERES 46
**2.5 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – PAIUB
..... 47**
2.6 EXAME NACIONAL DE CURSOS – ENC 49
2.7 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES 50
 **2.7.1 ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –
SINAES 52**
 2.7.1.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO SINAES 54
 2.7.1.2 AVALIAÇÃO EXTERNA 56

CAPÍTULO 3 – APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO ELABORADOS PELAS IES, E AS REGULAMENTAÇÕES EXIGIDAS PELO SINAES 60

- 3.1 PERSPECTIVAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 60**
**3.2 A CONCEPÇÃO DE AUTOAVALIAÇÃO QUE NORTEIA OS RELATÓRIOS DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS PESQUISADAS 61**
**3.3 RECONHECER O NÍVEL DE COERÊNCIA ENTRE AS DIRETRIZES DE AUTOAVALIAÇÃO
DEFINIDAS PELO SINAES E O QUE É APRESENTADO NOS RELATÓRIOS ELABORADOS PELAS
INSTITUIÇÕES SELECIONADAS 64**

3.4 RELAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES E SEUS RESPECTIVOS INDICADORES COM AS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DECLARADAS PELAS IES EM SEUS RELATÓRIOS.....	74
---	-----------

<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>79</u>
--	------------------

<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>83</u>
---------------------------------	------------------

<u>PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS</u>	<u>87</u>
--	------------------

<u>APÊNDICES.....</u>	<u>88</u>
------------------------------	------------------

<u>ANEXOS</u>	<u>104</u>
----------------------------	-------------------

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é um direito fundamental instituído pela Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), deste modo é assegurada a todos os brasileiros e naturalizados brasileiros. Por trata-se de um direito oferecido e garantido pelo Estado, identificamos que o mesmo desenvolve políticas públicas para o seu cumprimento.

A base de estudo deste trabalho encontra-se no campo das políticas públicas de avaliação da educação superior, essas políticas são desenvolvidas pelo governo para promover e garantir a qualidade educacional nesta modalidade. Porém, este trabalho não comportará todo o campo das políticas públicas de avaliação brasileira, por isso foi delimitado como objeto de estudo e investigação os relatórios de autoavaliação institucional produzidos por três universidades públicas brasileiras.

A autoavaliação institucional é um dos instrumentos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- Sinaes. O interesse por esta temática surgiu após a minha participação no Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (Gepaes), no qual participei diretamente no manuseio e leituras desses relatórios. Esses relatórios foram desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de cada instituição de educação superior – IES, onde buscam atender as exigências e critérios do Sinaes.

Esse sistema de avaliação foi instituído no Brasil por meio da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Destacamos que esse programa diferencia-se dos demais instituídos na trajetória da educação superior, pois é o primeiro a permanecer ativo durante um longo período, completando 11 anos em 2015.

Outro aspecto de destaque do Sinaes é a sua proposta, pois contempla todas as dimensões que envolvem a educação superior e o processo avaliativo, desta forma reconhece que tanto a educação superior como as IES são esferas da vida social, política e econômica do país.

O Sinaes é composto por três instrumentos: a) autoavaliação das instituições; b) avaliação externa dos cursos e da IES e c) o desempenho dos estudantes, realizado por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade. Esse modelo de avaliação leva em consideração o tripé da educação superior que é o ensino, a pesquisa

e a extensão, além de buscar e proporcionar uma participação da comunidade externa a IES, ratificando por meio desta participação, a responsabilidade social que as instituições possuem.

O Sinaes tem como objetivo avaliar a qualidade da educação superior, com a finalidade de utilizar os resultados dessas avaliações nos seguintes aspectos: expansão da sua oferta, garantia da qualidade do ensino, aumento da identidade institucional e efetividade acadêmica e social (BRASIL, 2004).

A proposta e estrutura do Sinaes estabelecem e priorizam a valorização das diversidades institucionais, a autonomia e principalmente a identidade institucional que se caracteriza pelas singularidades do contexto no qual a IES está inserida. Desta forma, os conhecimentos que são desenvolvidos pelas instituições por meio da autoavaliação buscam contribuir e propiciar a integração entre o que é desenvolvido nas instituições e as demandas da sociedade local e nacional, visando o aperfeiçoamento das áreas identificadas como frágeis.

No contexto brasileiro, o processo avaliativo dessa modalidade de ensino adquiriu maior importância a partir dos anos 1980 e 1990, isto em decorrência a alguns fatores externos e internos como a forte influência de agências de financiamento internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial. Esses fatores modificaram a dinâmica da educação superior e a maneira do Estado agir e gerenciar esse setor.

Neste momento as ações do Estado no campo educacional adquirem uma conotação mais mercadológica, buscando instrumentos capazes de propiciar o conhecimento e aperfeiçoamento das ações desenvolvidas dentro das instituições, visando à melhoria da qualidade da educação superior e o desenvolvimento econômico e social do país.

Um dado marcante na educação superior, que resultou desta nova dinâmica adotada pelo Estado, encontra-se a expansão da oferta deste nível de ensino durante os anos de 1991 a 2006, com a concessão dada ao setor privado. Essa descentralização da oferta, permitiu que tanto o Estado (poder público) como as instituições privadas ofertassem a educação superior, contudo exigiu-se que o Estado desenvolvesse instrumentos capazes de fiscalizar, regular e controlar tais instituições para garantir e prezar pela qualidade da educação oferecida à sociedade.

Em decorrência dessa expansão e na busca por manter a qualidade da educação superior no Brasil, o Estado inicia a construção e consolidação de instrumentos capazes

de gerir e proporcionar informações que subsidiasse as ações do poder público, frente a esta nova demanda.

Com isso as avaliações institucionais são desenvolvidas e utilizadas para tal feito, prezando pela qualidade educacional e o conhecimento dos pontos a serem melhorados dentro de uma IES. Para Belloni (1996) a avaliação institucional é um processo sistemático e contínuo de análise do desempenho global das instituições, centradas nos resultados e informações das ações, sendo desta forma um processo de análise e conhecimento sobre as IES.

Identificamos que os modelos de avaliação institucional adotados no Brasil desde 1980, perpassaram por duas concepções de avaliação ao longo da história e dos modelos de avaliação instituídos. As concepções adotadas nesta trajetória foram: *formativa/ emancipatória* e outra *regulatória/meritocrática*. Essas concepções adotadas estão diretamente relacionadas com as ideologias e intenções políticas, ideológicas e de valores sobre a qual foram instituídas.

Desde 1980 até 2014 o Brasil passou por cinco políticas de avaliação da educação superior, essas políticas apresentam pontos de convergência e divergência, aproximações e distanciamentos, principalmente em torno das concepções de avaliação adotada em sua construção.

Podemos descrever que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, por meio da *autoavaliação* possui a finalidade de proporcionar o auto-conhecimento, auto-reflexão e autonomia para cada instituição desenvolver um processo investigativo sobre sua prática e realidade. Nos documentos que regulam o Sinaes são delimitadas algumas ações que garantem o caráter contínuo, global, autônomo e reflexivo da própria realidade institucional.

Sabemos que a autoavaliação é um dos instrumentos que compõem esse processo de avaliação institucional, e sendo assim, possui uma estrutura a ser considerada em sua elaboração, que são as dimensões. Essas dimensões foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, no artigo 3º, onde foram definidas 10 diferentes dimensões que compreendem as ações das instituições de educação superior.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para

estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

Essas pontuações realizadas e contempladas pelas 10 dimensões descritas na citação anterior, são fundamentais na elaboração e planejamento das ações desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA. Essas dimensões são fundamentais para o funcionamento institucional das IES, porém apenas abordar essas dimensões dentro dos relatórios de autoavaliação não são suficientes para garantir a auto-reflexão, auto-conhecimento, autonomia e identidade institucional.

Desta forma, a simples elaboração do relatório de autoavaliação desenvolvido pela CPA de cada IES e entregue ao Ministério da Educação – MEC, não são suficientes para proporcionar a construção do conhecimento sobre a própria realidade institucional.

Desta forma, buscamos por meio deste trabalho analisar como os relatórios de autoavaliação de três universidades públicas, atendem as dimensões definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior .

Justificativa

O Sinaes é um sistema de avaliação nacional, aplicado a todas as instituições de educação superior do país, sejam essas públicas ou privadas. Esta avaliação é pouco discutida em sua plenitude no cenário interno das instituições, as discursões centram-se

exclusivamente nos instrumentos que interferem no credenciamento e credibilidade da instituição, como: o Enade e a avaliação externa (uma inspeção realizada por técnicos do Ministério da Educação- MEC).

Desta forma observamos que a autoavaliação é o instrumento de menor visibilidade e discursão no cenário das avaliações e dentro das IES também, sendo que este instrumento busca proporcionar o autoconhecimento institucional e o fortalecimento das ações desenvolvidas pela instituição, para o constante aperfeiçoamento e monitoramento de suas ações.

Sendo assim, busca-se conhecer e estudar de forma pontual como as informações presentes nos relatórios de autoavaliação desenvolvido pela CPA de cada instituição atendem as exigências do Sinaes, dispostas em 10 dimensões e reorganizadas em 2014 pela nota técnica nº14 em 5 eixos.

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES. (INEP, 2014)

O interesse por esta temática foi oportunizada por meio da inserção no grupo de pesquisa denominado “Grupo de Estudo de Políticas de Avaliação da Educação Superior – Gepaes”, coordenado pelo Professor Doutor José Vieira de Sousa. Foi a partir da inserção neste grupo que inclinei e iniciei o olhar sistematizado para as políticas públicas da educação superior, aprendendo e compreendendo mais sobre as dinâmicas que envolvem os processos avaliativos desenvolvidos nesta modalidade, seus impactos e relevância para o sucesso e qualidade educacional.

Neste contexto, surge a oportunidade em conhecer e investigar os relatórios de autoavaliação de várias organizações acadêmicas¹, porém para esta pesquisa delimitamos apenas um tipo de organização acadêmica, as universidades públicas. O grupo pesquisado é composto por ²três universidades públicas brasileiras, a saber:

- i. Universidade Federal de Alagoas;
- ii. Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- iii. Universidade Federal da Paraíba.

A proposta deste trabalho é investigar os relatórios e desta forma analisar os elementos que os constituem, e se possível estabelecer relações entre o que é exigido pelo Sinaes e o que é de fato contemplado nos relatórios. Por tratar-se de um procedimento que visa atender as exigências do Estado e fornecer um diagnóstico da realidade institucional, com a finalidade de promover melhorias e autoconhecimento para a organização acadêmica e para o poder público é importante investigar o caráter e características dessas informações apresentadas nos relatórios finais.

Metodologia

Há diferentes autores que conceituam o que é pesquisa, porém uma característica recorrente nos diversos conceitos é o fato de considerá-la como um “procedimento racional e sistemático”. Autores como Andrade (2003) e Gil (2006), caracterizam a pesquisa como um conjunto de processos e procedimentos racionais e sistematizados, que possuem o objetivo de proporcionar possíveis soluções para problemas propostos.

A pesquisa acerca dos relatórios de autoavaliação elaborados pelas CPAs das universidades foi desenvolvida sob a perspectiva da abordagem qualitativa e por meio de consulta bibliográfica e análise documental.

¹ Segundo o Decreto nº 5.773, de maio de 2006, art. 12 – as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: faculdades, centros universitários e universidades.

² A pesquisa era composta originalmente por quatro relatórios de autoavaliação de universidades federais, sendo composto pelas três IES citadas no corpo deste trabalho somado ao relatório da Universidade Federal de Pelotas. Porém ao processar e analisar os dados identificamos que a Universidade Federal de Pelotas não possui informações suficientes para a computação e manuseio dos dados/informações, não agregando valor ao desenvolvimento deste trabalho. Desta forma optou-se pela retirada desta IES a fim de otimizar e centrar a discussão nas informações de maior relevância, o relatório da Universidade Federal de Pelotas era composto apenas pela análise de uma dimensão, sendo a de infraestrutura física .

Essa metodologia de pesquisa é amplamente difundida no meio acadêmico, principalmente no campo das ciências sociais. Pois segundo Neves (1996) é possível a partir da pesquisa qualitativa realizar um corte temporal-espacial de um determinado fenômeno por parte do pesquisador, e esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolverá e os possíveis mapeamentos realizados.

A construção desta pesquisa segue a concepção de corte temporal-espacial, pois os relatórios de autoavaliação compreendem o trabalho desenvolvido pelas IES em um dado período, sendo que a escolha desses relatórios ocorreram por meio da conveniência. Os relatórios selecionados foram escolhidos seguindo apenas dois critérios: a) estarem sobre o domínio público e b) serem de universidades públicas.

Em uma pesquisa qualitativa é de fundamental importância o papel do pesquisador, pois sua interpretação dos dados possui total relevância para a construção da pesquisa. Nesta abordagem há uma preocupação na descrição dos fatos observados, já que o pesquisador busca entender os fenômenos estudados.

Diante destas definições, os relatórios de autoavaliação elaborados pelas CPAs das três universidades públicas, foram inicialmente categorizados de acordo com o objetivo geral da pesquisa, que é analisar como os relatórios de autoavaliação de três universidades públicas atendem as dimensões definidas pelo Sinaes para a autoavaliação, os relatórios analisados correspondem ao ano de 2012.

Tendo esse objetivo geral, foram delimitados três objetivos específicos neste trabalho, que de forma articulada buscam examinar com mais propriedade as informações contidas nesses relatórios, são eles:

- Analisar a concepção de autoavaliação que norteia os relatórios das universidades públicas pesquisadas;
- Reconhecer o nível de coerência entre as diretrizes de autoavaliação definidas pelo Sinaes e o que é apresentado nos relatórios elaborados pelas instituições selecionadas;
- Identificar em cada dimensão as fragilidades e potencialidades apontadas pelas IES em seus relatórios.

Quanto à descrição e caracterização das instituições pesquisadas, todas as IES são de natureza pública, sendo universidades federais, e estão situadas em 2 regiões do Brasil: Nordeste e Sudeste. Na região Nordeste encontra-se as universidades de Alagoas e Paraíba; no Sudeste a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ressalta-se que a

escolha das universidades seguiu apenas dois critérios: a) os relatórios devem estar sob o domínio público e b) serem universidades federais públicas.

A pesquisa e análise realizada para este trabalho foi realizada tendo como base a exploração documental dos relatórios e leis que regulam o Sinaes, em articulação e diálogo com autores do campo das políticas públicas educacionais e das avaliações institucionais.

Com o objetivo de alcançar a proposta deste trabalho e os seus procedimentos descritos, encontra-se organizado em três capítulos. Sendo o Capítulo 1 intitulado **Educação superior: reflexões e elementos da relação Estado e educação**, está subdividido em 3 categorias. Abordando e conceituando sobre o papel do Estado diante da educação, e suas ações mediante o uso de políticas públicas, para garantir a qualidade educacional, pontuando as influências externas que o Estado brasileiro recebeu na criação e implantação dessas políticas e o uso das avaliações institucionais como instrumento para garantir e prezar pela qualidade na educação superior.

O segundo capítulo trata da história dos programas de avaliação institucional desenvolvidos e implantados na educação superior brasileira, a partir do ano de 1983 com a criação do Programa de Avaliação de Reforma Universitária – Paru, até o ano de 2004/2014 como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Neste capítulo denominado **Políticas de avaliação da educação superior: do Paru ao Sinaes** é realizada a caracterização desses programas e a contextualização histórica, buscando estabelecer e reconhecer aproximações e distanciamentos desses programas, enfatizando o Sinaes, objeto de estudo deste trabalho.

No terceiro capítulo serão analisados e interpretados os dados coletados (relatórios de autoavaliação elaborado pelas CPAs), no qual os dados serão catalogados seguindo a ordem dos objetivos específicos para a maior compreensão e lucidez das informações apresentadas.

Neste sentido, aprofunda a análise dos dados e informações presentes nos relatórios de autoavaliação das IES, sendo assim este capítulo trará informações referentes às concepções de autoavaliação que orientam os relatórios analisados, quais são as informações e indicadores apresentados em cada dimensão. Além disso, aborda quais os pontos evidenciados pelas IES como potencialidades e fragilidades presentes no cenário institucional.

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES E ELEMENTOS DA RELAÇÃO ESTADO E EDUCAÇÃO

Como ressaltado anteriormente, a temática deste trabalho está centralizada na Autoavaliação, um dos instrumentos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, para compreender este objeto é necessário realizar alguns percursos que precedem o Sinaes.

Este capítulo busca pontuar a relação que há entre o Estado e a educação, salientando como o Estado por meio das políticas públicas educacionais define e estabelece ações e programas voltados para a Educação Superior, assim como a forte influência externa sob o qual as políticas públicas brasileiras foram implementadas.

1.1 Políticas públicas da educação: o “Estado em ação”

A educação é considerada um dos bens sociais e coletivos que são garantidos pela Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, o que ratifica a relação entre Estado e educação, expressas nos artigos:

Art. 6º- são direitos sociais a **educação**, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição.

Art. 205- a **educação**, direito de todos e dever do **Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1998).

De acordo com a citação, tanto o Estado quanto a sociedade são responsáveis pela educação. O Estado é compreendido neste estudo como uma organização política que envolve várias instituições governamentais, necessárias para gerir e governar uma nação/país segundo Sousa (2007).

No Estado brasileiro o poder é categorizado/dividido em três instâncias: Executivo, Judiciário e Legislativo, sendo estes caracterizados como poderes independentes e harmônicos entre si, segundo o Artigo 2º da Constituição da República Federativa Brasileira.

Cada um dos poderes exercem funções específicas dentro do Estado, o Executivo é responsável por *implementar* e *executar* as ações; o Judiciário visa o *cumprimento* das leis, e por fim; o Legislativo trabalha em função da *criação, legislação e fiscalização* das leis e normas desta nação.

Sousa (2007) pontua que essa concepção de Estado com toda sua organização política, jurídica e sua finalidade reguladora e ideológica, expressa na carta magna, foi criada na modernidade. Nesta perspectiva, a função do Estado é trabalhar em prol do povo e do seu território, assegurando aos cidadãos seus direitos e deveres que são decorrentes do contexto histórico e das políticas públicas desenvolvidas, definidas e pensadas em função de uma dada nação.

A educação ganha destaque dentro das políticas públicas de um país, por ser um elemento importante dentro da sociedade considerada democrática, já que é através dela que alguns direitos sociais, políticos e civis são ampliados e conquistados por meio do aumento crescente das informações e reflexões que a sociedade possui.

As políticas públicas educacionais correspondem a uma das áreas abarcada pelas políticas sociais, desta forma toda política pública é pensada e constituída a partir das concepções de homem, de sociedade e de mundo no qual ela se fundamenta e procura promover.

Segundo Hofling (2001), as políticas sociais referem-se às ações que determinam o padrão de proteção social implementada pelo Estado, visando a diminuição e/ou redução das desigualdades geradas pelo nosso modelo social e econômico (o capitalismo)³, buscando a redistribuição e melhorias na vida dos cidadãos.

A relação entre o Estado e a educação é marcada por questões políticas, sociais e ideológicas, de forma que o papel do Estado seja atrelado a ações como: orientar, assegurar e supervisionar este direito estabelecido por lei, sendo ele o único capaz de propor políticas que possibilitem e garantem à educação um caráter e finalidade de bem comum e social a todos os brasileiros, sendo assim a educação proporcionada e ofertada pelo Estado é instituída por meio do ensino formal e pelas instituições de educação credenciadas pelo governo.

As ações desenvolvidas pelo Estado e pelo governo sejam em moldes de avaliação, política, projeto, programa ou outros; possuem uma extensão e/ou

³ O capitalismo tem como base justamente o papel dialético da desigualdade, da luta de classe, a desigualdade entre as pessoas proprietárias dos meios de produção e as forças de trabalho. Apesar da dependência que existe entre as partes, sempre haverá uma estratificação entre os dominantes e os dominados.

desdobramento no qual implica em ações de execução, na qual está estruturada em “*formulação, deliberação, implementação e monitoramento*”, segundo Oliveira (2010).

A execução das ações governamentais perpassam essas quatro ações descritas e caracterizadas anteriormente, pois visa garantir a qualidade dos serviços oferecidos além de ampliar o acesso e a permanência dos cidadãos à educação. Tais características são aplicáveis não apenas na educação básica, mas contudo na educação superior. Segundo o documento da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura/OEI (2014), a educação superior possui o papel de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e pensamento reflexivo, concomitante com o tripé da educação superior que é o ensino, a pesquisa e a extensão.

As políticas públicas educacionais na educação superior assumem um importante papel para o desenvolvimento do Estado, pois está atrelada ao sinônimo de qualificação, sendo de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade, pois favorece a ampliação do nível de escolarização da população servindo como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

1.2 Mudanças e influências no cenário da educação superior brasileira a partir da década de 1980

Ao longo da história da educação superior no Brasil, percebemos algumas mudanças que são ocasionadas pelo desenvolvimento e surgimento de novas necessidades da sociedade, assim como por influências externas, derivadas da globalização e acordos entre nações.

Oliveira (2010) descreve a globalização como um fenômeno de unificação dos países do mundo numa mesma agenda econômica, de certo modo imposta a estes pelo controle de um grupo limitado de países (o G-8) exerce sobre o mercado internacional. Esses países são fortes o suficiente para permitir e exercer influências nas decisões políticas dos demais países, isso porque são ricos, desenvolvidos e possuem sítios produtivos de altíssima tecnologia.

Outro aspecto relevante no campo da educação superior é a associação entre educação/formação e o conceito de qualificação. A qualificação das pessoas perpassa o nível de escolarização que esta possui, e essa relação reflete no nível e qualidade do serviço desenvolvido por esse sujeito, desta forma, quanto mais qualificado for o sujeito melhor e mais caro será o serviço oferecido. Essa ideia teve origem aproximadamente

durante o ano de 1950 nos Estados Unidos com o conceito de Capital Humano⁴, onde se estabelecia uma relação direta e proporcional entre educação e ampliação da produção econômica e consequentemente maior o lucro do capital.

Essa teoria e concepção de educação e qualificação podem ser identificadas na trajetória da educação superior no Brasil, juntamente com a forte presença exercida pelo Banco Mundial⁵ durante os anos de 1980 e 1990, proporcionando uma expansão e ampliação da educação superior, através da criação de novas instituições de ensino superior assim como o surgimento de curso superior de menor duração.

As políticas educacionais tiveram fortes influências do Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento (conhecido como BIRD ou Banco Mundial), principalmente durante os anos de 1980 e 1990, essa intervenção revela que a educação e as políticas brasileiras não apenas expressam uma realidade local do país, mas de forma subjacente ratifica o impacto da globalização nos países com menor representatividade, delimitando e orientando consequentemente as ações do Estado.

O Banco Mundial apresenta-se na década de 1990, como uma agência de grande influência nas políticas públicas brasileiras, principalmente após assumir a característica de órgão de reestruturação do sistema produtivo e econômico. No campo educacional, o BM embora não atue especificamente na reestruturação do sistema educacional dos países onde atua, a educação é diretamente influenciada por suas ações, já que faz parte das principais áreas em que atua sua política de desenvolvimento econômico. Entre os objetivos empregados pelas diretrizes dessa organização, está a racionalização da eficiência da educação, na qual há **avaliação**, diversificação, autonomia universitária, flexibilização, **descentralização** e privatização. (IVASHITA; NOVAK; BERTOLLETI. 2009).

Desta forma, o Banco Mundial passa a investir em projetos sociais ressoando na educação, acreditava-se que os investimentos na educação poderiam garantir a

⁴ Teoria do Capital Humano está ligada a disciplina Economia da Educação, criada em 1950 nos Estados Unidos, pelo professor universitário Theodore W. Schultz. A ideia dessa disciplina era explicar a relação entre a produtividade gerada pelo “fator humano”. Esse fator humano estava diretamente ligado ao quanto qualificado era o homem por meio da educação era desempenhar uma dada função. Desta forma o homem ao educar-se estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica da valorização do capital humano. Esso investimento em educação possibilitaria reflexos diretos no lucro do capital, o que viabilizou uma associação entre educação e mercado. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_20do_capital_humano.htm> Acessado em 03 nov. 2014.

⁵ O Banco Mundial é um órgão que surge juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em uma conferência realizada nos Estados Unidos da América, em 1944, sendo o objetivo inicial desta organização a reconstrução das economias europeias arrasadas pela Segunda Guerra Mundial, com isso o BM voltou-se para a promoção do desenvolvimento. A partir de 1956, passou a concentrar suas atividades no empréstimo de recursos e na assistência técnica voltada para os países em desenvolvimento, apenas no ano de 1960 que o BM começou a focar na área educativa desses países.

estabilidade econômica do país que ainda está em desenvolvimento. A intenção das políticas e indicações do Banco Mundial é que por meio da educação as pessoas pobres teriam condições de desenvolver-se, trabalhar e produzir mais e melhor.

Essa ideia e perspectiva acerca da educação estão em consonância com o conceito de Capital Humano já mencionado anteriormente, diante dessas influências e recomendações, observamos que a educação superior passa a assumir um caráter mais mercadológico e produtivista, pois houve a incorporação de aspectos e práticas das políticas econômicas no campo das políticas educacionais.

Nessa perspectiva, as orientações do Banco têm enfatizado reformas no âmbito do ensino superior nos seguintes aspectos: diferenciação institucional; diversificação das fontes de financiamento; redefinição do papel do Estado e as questões referentes à autonomia e à responsabilidade institucional e políticas voltadas para a qualidade e equidade. (BORGES, 2010, p.369).

Uma das orientações do BM é ampliar e diversificar as instituições que oferecem a educação superior, já que na concepção dessa entidade as universidades requerem um custeio maior e pouco apropriado às necessidades do progresso econômico e social necessário para os países em desenvolvimento.

As recomendações educacionais realizadas pelo Banco Mundial possuem um caráter mais econômico e utilitarista do que de fato educacional, a preocupação expressa é de diminuir os gastos do Estado com a educação, utilizando-se a descentralização da oferta na educação superior que era oferecida principalmente pelo Estado permitindo assim que entidades privadas ofereçam cursos superiores.

O processo de expansão do ensino superior com a abertura da oferta do ensino superior à iniciativa privada pode ser observado desde 1970, porém foi entre 1991-2010, que se verificou um aumento expressivo no número de instituições de ensino superior, predominantemente as instituições privadas, passando de 864 para 2.314 instituições de ensino superior no Brasil. (RODRIGUES, MACHADO, ARAÚJO, 2011).

Dentro do período descrito anteriormente de 1991- 2010, podemos salientar que durante os anos 1996 à 2004 que acontece a elevação das taxas de expansão e privatização do ensino superior, bem como o aumento das matrículas. Nesse momento histórico a educação superior passa a tornar-se realidade para a classe média baixa, devido ao caráter mercadológico que essa modalidade de ensino ganha com a privatização (SEGENREICH, CASTANHEIRA, 2009).

A tabela a seguir, demonstra o crescimento elevado das instituições de educação superior privadas durante o período de 1996-2006, sendo notório que a educação superior estava sendo exercida quase que predominantemente pelas IES privadas.

Tabela 1 – Número de IES por categoria administrativa – Brasil, 1996 a 2006.

Ano	Brasil	Pública		Privada	
		Total	%	Total	%
1996	922	221	27,9	711	77,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1
1996/2001 $\Delta\%$	50,9	-14,3	-	69,9	-
2001/2006 $\Delta\%$	63,2	35,5	-	67,4	-
1996/ 2006 $\Delta\%$	146,2	17,5	-	84,4	-

Fonte: Segenreich e Castanheira (2009)

É notório que o número de instituições públicas durante esse período decresceu entre 1996 – 2001 e posteriormente há um aumento no número de instituições públicas, porém esse aumento é irrisório se comparado ao crescimento das IES privadas.

Podemos ressaltar que dentro da categoria de instituições de ensino superior privada, existem outros tipos de organizações acadêmicas conforme o Decreto 2.306/LDB art.8º, proporcionando desta forma a ampliação e variação dessas organizações acadêmicas passando a existir: Universidades Públicas e Privadas, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores.

Todas essas organizações acadêmicas possuem a mesma finalidade que é expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/96, onde é responsabilidade dessas instituições estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo (Art. 43º), sempre em vista a qualidade educacional dessas instituições.

Com a descentralização, o Estado ainda é responsável pela educação e por garantir a qualidade no ensino superior, mas não será o único fornecedor deste serviço, o Estado assim assume um caráter de regulador e fiscalizador diante as novas instituições de educação superior.

Nesse novo cenário observamos que para cumprir de forma eficiente a ação de regular e fiscalizar todas as instituições de ensino superior criadas e ainda garantir a

qualidade, o Estado passa a fazer uso das avaliações como instrumento capaz de aferir por meio de uma única ferramenta inúmeras dimensões da educação superior.

Notamos que o Estado passou a promover algumas ações/medidas que estimulavam a ampliação da educação nas instituições públicas na busca pela democratização da educação superior. O quadro a seguir apresenta alguns dos principais programas criados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Vana Rousseff e que permanecem em vigência.

Quadro 1: Programas criados para favorecer a democratização da educação superior nas instituições públicas entre 2004 e 2013

2004	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
2005	Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)
2006	Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência)
2007	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)
2008	Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID)
2009	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), utilizado pela IES como etapa única ou parcial para recrutamento de novos alunos.
2010	O Sistema de Seleção Unificada (Sisu)
2012	Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio (aprovação em 2012 e implantação a partir de 2013).
2013	Programa de Bolsa Permanência para estudantes das universidades federais

Fonte: construção da autora.

Com a criação dessas novas ações e programas, observa-se uma expansão na oferta e procura nos cursos superiores, o quadro a seguir expressa o crescimento na educação superior pública, evidenciando esse crescente crescimento entre 2002 e 2014.

Tabela 2 - Expansão universitária.

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Câmpus	148	321
Cursos de Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação a Distância	11.964	83.605
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: MEC – Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=16762&Itemid=, acesso 4 de fevereiro de 2014.

Nosso objetivo não é trazer a discursão todas as ações do Estado para a promoção da educação superior no Brasil, apenas viabilizamos algumas ações que o

Estado tem desenvolvido para possibilitar uma constante ampliação na educação superior e em sua qualidade, ressaltamos a importância da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes nessa trajetória e que será discutida detalhadamente ao longo deste trabalho.

1.3 Avaliação: instrumento das políticas públicas educacionais

A palavra *avaliar* tem sua origem no latim *a-valere* e significa “dar valor a ...”, definindo as avaliações como instrumento das políticas públicas educacionais, retomamos novamente a concepção de que todo instrumento é constituído por conceitos e fundamentos no qual é impregnado de valores, filosofias e significados. Da mesma forma, os modelos de avaliações adotados pelo Estado e pelas IES, estão intimamente ligadas à concepção de homem, sociedade, educação e instituição, pertencendo a um dado momento, tempo e espaço histórico (QUEIROZ, 2011, p.72).

A avaliação é uma atividade inerente ao homem e a sociedade, pois ela é um instrumento capaz de conhecer, compreender, aprimorar e orientar as ações tanto do indivíduo como de uma organização/instituição, a partir dela é possível identificar as ações passadas, presentes e também futuras (BELLONI, 2007).

O que torna a avaliação um instrumento bastante difundido e explorado no campo educacional, para além desses aspectos levantados, é o fato dela ser abrangente, pois “o sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instância do governo”. (BRASIL, 2003c, p.61)

Assim sendo, o ato de avaliar perpassa diversas dimensões de uma mesma instituição, devido ao seu caráter *multifuncional* e *multidimensional* (QUEIROZ, 2011). O caráter multifuncional se caracteriza pelas várias funções e responsabilidades do processo avaliativo, já o multidimensional está relacionado às formas e conteúdos que a avaliação pode assumir em seu ato.

Alguns autores como Morin (2001) e Dias Sobrinho (2000) definem a avaliação como complexa devido à correlação que a avaliação estabelece entre elementos políticos, ideológicos, éticos, históricos, culturais e outros. A avaliação com toda essa riqueza de componentes e elementos, dentro das IES é compreendida como um processo permanente de produção de conhecimentos sobre a instituição, perpassando por todas as

dimensões (administrativas, pedagógica e ideológica) com a finalidade de conhecer, compreender e orientar o trabalho desenvolvido.

Podemos categorizar duas concepções diferentes de avaliação, sendo uma **avaliação educacional** e outra **avaliação institucional**. Ambas possuem um caráter complexo e diversificado, as avaliações diversificam-se de acordo com as necessidades encontradas, desta forma a avaliação educacional como o próprio nome sugere, é uma avaliação voltada ao processo avaliativo sobre a aprendizagem, prática pedagógica, desempenho escolar ou profissional. Já a avaliação institucional busca compreender o sistema de acordo com suas políticas, projetos e instituições.

A avaliação institucional possibilita aferir os caminhos percorridos pela IES, assim como as forças (potencialidades) e as fragilidades deixadas durante o processo, viabilizando a visita entre o ideal e o real permitindo ajustes ao longo do desenvolvimento e da vida das instituições de educação superior. Por isso, a importância de se conceber a avaliação institucional como um processo permanente de conhecimento.

É por isso que Dias Sobrinho (2003) confirma que as avaliações possuem inúmeros usos e efeitos, e desta forma ela jamais será neutra e desprovida de ideologias e intencionalidade, apesar do seu caráter mais objetivo. As avaliações institucionais favorecem o desenvolvimento de uma cultura institucional, pois a partir de seus resultados pode ocasionar/oportunizar reflexões sobre a realidade, criando condições para a tomada de consciência e fortalecimento da identidade e cultura desta IES.

A avaliação institucional pode ser empregada por duas concepções diferentes, uma formativa e outra meritocrática, que se caracterizam:

No primeiro caso, o viés democrático, construtivo e formativo, ou seja, que respeite a autonomia universitária, a vocação da instituição, seus princípios filosóficos, éticos, culturais, sociais e o respeito à sua vocação para a inserção social e objetivos [...]. O segundo é o de política pública eficientista, controladora e reguladora, autoritária, mercadológica e voltada para os resultados. (VERSIEUX, 2004, p.79).

Avaliação institucional formativa busca conhecer e recolher informações na qual possibilita o desenvolvimento de ações dentro da IES, onde visa a melhoria da realidade avaliada. Esse modelo de avaliação encontra-se em conformidade com as ideias expressas na LDB no artigo 53 que faz referência a autonomia da instituição, pois por meio de uma avaliação formativa é possível conhecer a realidade, buscando fortalecer a cultura desta instituição, assim como promover mudanças para atender as necessidades

encontradas durante um processo avaliativo o que favorece, o desenvolvimento do papel social da educação.

Existem alguns princípios dentro da avaliação institucional formativa que viabilizam esse processo, o caráter orientador e provedor de ações que contemplem o aperfeiçoamento e desenvolvimento da IES, entre esses princípios destacarei três que são: a) globalidade: todas as dimensões e sujeitos fazem parte do processo; b) não punição: a avaliação deve ser concebida como um processo que ajude a identificar e melhorar pontos ainda fracos dentro da IES; c) respeito à identidade institucional: onde cada IES possui características singulares e próprias, o que a difere das demais e sendo assim deve ser respeitada. (QUEIROZ, 2011).

Em oposição a avaliação formativa encontramos a meritocrática, onde sua concepção centra-se em atender à lógica do mercado, não considerando para o seu processo avaliativo as características descritas na formativa. Sua visão busca atender as demandas e questões técnico-burocrática, com ênfase nos resultados para garantir a qualidade do serviço oferecido, nesse momento a avaliação assumi um caráter voltado ao controle de qualidade.

O quadro a seguir, evidencia as principais características e diferenças existentes entre uma avaliação institucional formativa e uma meritocrática.

Quadro 2: Concepções de avaliação institucional

Aspectos teóricos metodológicos	Formativa	Meritocrática
Sujeitos	Avaliação interna de origem endógena.	Avaliação externa, de origem exógena.
Finalidades	Autoconhecimento e tomada de decisão institucional.	Hierarquização das instituições, competição, controle pelo Estado.
Enfoques	Global.	Parcial.
Abordagens	Avaliação qualitativa e quantitativa.	Avaliação quantitativa.

Fonte: Queiroz (2011).

Queiroz (2011), revela que no Brasil as avaliações elaboradas e implementadas a partir da década de 1980, encontram-se inseridas e divididas entre essas duas concepções. A concepção meritocrática recebe críticas pois apresenta apenas uma visão parcial da realidade da instituição, já a formativa é considerado mais adequada à realidade da IES, pois busca compreender a globalidade e o caráter singular da mesma.

Apesar das avaliações formativas possuírem maior visibilidade na educação superior, não podemos abandonar a ideia de que mesmo as avaliações formativas possuem marcas reincidentes do modelo meritocrático, onde ainda exerce o controle e que mesmo contemplando todo o processo da avaliação, os resultados carregam grande poder nas decisões posteriores ao ato de avaliar, principalmente nas ações do Estado.

Esse processo avaliativo é efetuado nas duas esferas **público e privado**, pois a avaliação tem sido utilizada para produzir informações capazes de refletir a realidade institucional e assim promover uma reflexão sobre os resultados alcançados sem perder de vista a preocupação da qualidade educacional.

Após conhecer as duas concepções de avaliação institucional (formativa e meritocrática) e sua finalidade (conhecer a realidade da IES), precisamos pontuar mais um elemento importante dessa avaliação. A avaliação institucional pode se dividir em duas modalidades, sendo uma autoavaliação e a segunda avaliação externa.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2010), a *autoavaliação* é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes. A avaliação externa será realizada por uma comissão, porém essa comissão é designada pelo INEP, esse processo é orientado por uma visão multidimensional buscando a integração entre o formativo e a natureza reguladora onde o processo é visto na sua globalidade.

O cerne da discussão deste estudo é na autoavaliação proposta pelo Sinaes, sendo que este sistema de avaliação possui diversos instrumentos em sua composição. Neste momento destacamos alguns importantes elementos da autoavaliação dentro das instituições de educação superior segundo a proposta do Sinaes.

Naturalmente as instituições de educação superior possuem algumas características peculiares como: uma maior diversidade de áreas do conhecimento reunidas em um mesmo ambiente, uma responsabilidade cultural, científica, social e a constante busca por um ambiente mais democrático e autônomo. É neste contexto que as práticas autoavaliativas ganham destaque na educação superior por meio do Sinaes.

A autoavaliação requer e exige que as IES estejam constantemente integradas e conscientes das situações, necessidades e anseios de todos os olhares que compõe a instituição sejam os sujeitos que dividem esse espaço, os aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e sociais.

A importância deste processo é no fortalecimento das ações desenvolvidas neste espaço, não apenas por parte dos organizadores do processo de autoavaliação, mas de todos que estabelecem uma relação direta com a instituição, viabilizando desta forma o fortalecimento da cultura institucional e a constante consciência do trabalho desenvolvido. O Sinaes possui em sua estrutura essa base onde possibilita e exige que as instituições dediquem um momento para a realização de um processo autoavaliativo, buscando o fortalecimento da democracia, autonomia e o autoconhecimento das instituições.

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO PARU AO SINAES

O objetivo deste capítulo é apresentar o histórico dos programas de avaliação da educação superior no Brasil, a partir de 1980, destacando a importância desses programas como recurso público para supervisionar e regular as atividades desenvolvidas pelas instituições, visando pela qualidade educacional oferecida à sociedade brasileira.

2.1 Breve evolução das políticas de avaliação da educação superior no Brasil

Salientamos que dentro da educação superior, a utilização de modelos e programas de avaliação acontecem desde o início do ano de 1808, porém, foi a partir dos anos de 1980 e 1990, que o sistema educacional Brasileiro passou a investir nas políticas de avaliação.

Podemos pontuar o Golpe Militar⁶ como ponto de incisão das políticas e programas avaliativos da educação superior no Brasil, pois tal fato foi marcante para que acendesse e eclodisse uma reflexão sobre os modelos vigentes da educação superior.

Até esse fato histórico as universidades possuíam um modelo de processo avaliativo assistemático (ZANDEVALLI, 2009), onde a educação superior era destinada quase que exclusivamente às camadas mais ricas da sociedade, sendo esse modelo de educação caracterizado como elitista.

Após o Golpe ficou evidente que a sociedade passava por novas demandas e mudanças, o que refletia em uma necessidade de ampliação do acesso a educação superior pelas camadas médias da população, pois nesse momento o capitalismo exigia melhores condições para aumentar a produtividade, assim como promover o desenvolvimento do país.

Nesse cenário, observamos a criação de inúmeros programas de avaliação da educação superior e do fortalecimento das políticas de avaliação a partir de 1980 e 1990. De forma que identificamos que as avaliações institucionais passaram a ser

⁶ Golpe Militar aconteceu no Brasil durante o período de 1964 à 1985, onde aconteceu o golpe de Estado que tirou o presidente João Goulart que havia sido eleito democraticamente. Durante esse período tivemos no Brasil cinco presidentes militares, o estado estava sobre um forte modelo de regime autoritário, centralizador e conservador. Neste período o governo militar se propôs a cumprir e trabalhar sobre algumas influências norte-americanas, o que ocasionou o apoio financeiro e ideológico do BM.

instituídas como políticas de regulamentação da educação superior no Brasil (BARREYRO e ROTHEN, 2008).

Os principais programas de avaliação desenvolvidos nesse período foram: Programa de Avaliação de Reforma Universitária – Paru; Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – Geres; Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – Paiub; Exame Nacional de Cursos – ENC e o último programa criado em 2004 e que se manteve até hoje, a Avaliação da Educação Superior – Sinaes.

Retomamos duas concepções sobre avaliação institucional: aquelas com caráter formativo/emancipatória e a com caráter de regulação/controle (meritocráticas), cada programa possui suas propostas e concepções, assim como podemos identificar algumas aproximações e distanciamentos entre eles.

As avaliações com finalidade formativo/emancipatória (conhecimento), possuem uma característica singular que valoriza a cultura institucional de cada IES (autonomia), da mesma forma que contempla todas as dimensões que envolvem uma instituição. Já as reguladoras e meritocráticas (controle) centralizam seu trabalho em atender as demandas do mercado, valorizando as avaliações externas e os indicadores quantitativos, podendo utilizar tais dados para determinar o financiamento/investimento que a IES receberá.

Mesmo diante dessas diferenças e divergências de concepções de avaliação para a educação superior, ressaltamos que ambas possuem uma acentuada preocupação quanto a qualidade da educação oferecida, onde esta qualidade e educação devem estar alinhadas às necessidades econômicas e sociais da sociedade Brasileira.

2.2 Programa de Avaliação de Reforma Universitária – Paru

O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), foi criando no final do governo militar, em julho de 1983, por meio de uma proposta do Ministério da Educação - MEC. Sendo instituída uma comissão onde se designou a criação de um Grupo Gestor, formado por pesquisadores com experiência em análise e acompanhamento de projetos, em busca de realizar e propor a primeira experiência de avaliação dos cursos de graduação. Este período foi marcado pela necessidade de democratização da gestão das universidades, do acesso à educação superior e pelo papel que essa modalidade de ensino representa para o desenvolvimento do país.

O objetivo deste programa era realizar uma investigação sistemática da realidade dos cursos de graduação, buscando conhecer as condições reais nas quais se realizam as atividades acadêmicas da educação superior. Desta forma, o programa assumiu um caráter de diagnosticar a origem da crise das universidades brasileiras, buscando por meio da avaliação novos caminhos para superar a crise e melhorar a qualidade da educação superior no país.

Segundo Barreyro e Rothen (2008), para alcançar tais objetivos era necessário que houvesse a participação da comunidade acadêmica, onde a mesma deveria refletir sobre sua prática, assim como a participação dos setores externos, pois a IES possui uma responsabilidade social atrelada a sua concepção e prática.

Na pesquisa realizada pelo programa eram identificadas duas fases:

- a) estudo base no qual o objetivo era coletar informações sobre a IES;
- b) estudos específicos ou estudos de casos: onde seria realizada uma busca para aprofundar nos conhecimentos sobre esta IES e assim realizando possíveis comparabilidade entre as instituições.

Neste programa a avaliação era compreendida como instrumento capaz de entender a realidade, não apenas colhendo dados, mas buscando refletir sobre a prática e realidade da IES. Essa concepção visava uma avaliação de cunho formativo, pois preocupa-se em conhecer a realidade e especificidades das instituições não, deixando de lado a qualidade da educação desenvolvida na IES.

Nesse modelo de avaliação proposto pelo Paru, recorre-se a instituição e a reflexão das praticas desenvolvidos no ambiente acadêmico. Evidenciando a importância das IES na vida social do país, não apenas permitindo que os programas de avaliação sejam utilizados como instrumentos de regulação do Estado, mas para o desenvolvimento social do país.

Porém, o Paru não apresentou os resultados desse estudo realizado pelo Grupo Gestor, pois teve pouco tempo de duração, menos de um ano, devido à disputas internas ao próprio Ministério da Educação decorrentes de interesses políticos diferentes.

2.3 Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior – CNRES

A comissão foi instituída pelo Decreto 91.177 em 29 de março de 1985, deslumbrando a reformulação da educação superior e propondo novas políticas

educacionais para essa modalidade de ensino. O presidente José Sarney (1985-1988), instituiu uma comissão composta por 24 membros, incluindo neste grupo pessoas da comunidade acadêmica e da sociedade.

O objetivo dessa comissão era propor uma nova política de educação superior, desta forma na proposta elaborada a avaliação teria um papel importante, no qual serviria como subsídio à regulação do sistema (BARREYRO e ROTHEN, 2008). Ela buscava estudar a Reforma Universitária, e os estudos realizados resultaram em um relatório intitulado “Uma nova política para a educação superior brasileira”. A ideia apresentada neste documento, era que a educação superior no Brasil necessitava de uma nova política e não apenas de novas leis, e que para superar a crise situada nas IES era necessário aumentar a autonomia universitária. Indicava ainda outro problema do ensino superior brasileiro, segundo Zainko (2008) a falta de parâmetros para que o governo tivesse uma política racional de alocação de recursos públicos, que fortalecesse as melhores instituições e induzisse as outras IES a buscarem o aperfeiçoamento.

Essa comissão ficou conhecida como a Comissão de Notáveis, e novamente encontramos a preocupação do poder público em garantir a eficiência da educação por meio da avaliação das instituições e dos cursos.

2.4 Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior – Geres

O Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – Geres, foi criado como grupo interno do MEC, em 3 de março de 1986, constituído por cinco membros todos associados ao ministério da educação. Este grupo possui uma função executiva para elaborar de uma proposta de Reforma Universitária, onde o ponto de partida era o relatório final da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (Comissão dos Notáveis).

O grupo foi instituído por meio da Portaria nº 170, de 3 de março de 1986 após a dissolução do Paru, com o intuito de controlar e hierarquizar o sistema da educação superior onde o processo de avaliação era feito sob responsabilidade do MEC, buscando ampliar as bases deste programa que eram composta pelo desempenho institucional e a qualidade dos cursos de cada IES.

No documento formulado pelo Geres, o objetivo explicitado era de elaborar uma proposta que aumentasse a eficiência das Instituições Federais, já que sua proposta não era contrária ao levantamento da Comissão Nacional para Reformulação da Educação

Superior. Apenas pontua a necessidade de uma nova política para a educação superior colocando novamente em evidência a maior autonomia das universidades.

Segundo Rothen e Barreyro (2008), a avaliação neste programa teria a função de controlar a qualidade do desempenho da Educação Superior, em especial das instituições públicas. Pois acreditava que o modelo de controle da qualidade em instituições privadas seguia a ordem do mercado, pois o sucesso destas IES está diretamente relacionado a qualidade do serviço oferecido ao seu público.

Desta forma a avaliação das dimensões (cursos, alunos e instituições), possuem um papel fundamental, pois eram visualizados como recursos de controle e de formulação de políticas e normas para o sistema educacional. Já que a qualidade do ensino oferecido sempre foi objetivo desse programa. Com isso a alocação dos recursos públicos era concedido segundo o desempenho das instituições com melhores resultados.

2.5 Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – Paiub

Neste período histórico inicia-se o fortalecimento da utilização de modelos de avaliação institucional, com a função de sistematizar os conhecimentos e ações tanto do Estado como das IES sobre sua realidade, alcançando melhorias na qualidade educacional e fortalecimento dos aspectos positivos, e pela busca no progresso dos pontos negativos das IES.

O Brasil em 1992 passava pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco assumia o governo, já com o objetivo de atender a uma demanda da comunidade acadêmica, é instituído pela Portaria nº130, de 14 de julho de 1993. Por meio do Secretário da Educação Superior do MEC a criação da Comissão Nacional de Avaliação, com o objetivo de definir diretrizes e implementar um processo de avaliação institucional nas universidades públicas brasileiras.

Desta forma foi criado o primeiro Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira – Paiub, a meta deste programa era “rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades”. (MEC/Sesu, 1994)

No Paiub a avaliação era definida como:

Um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor... a partir de

parâmetros derivados dos objetivos; um processo criativo de auto-crítica.(ZAINKO, 2008)

Dentro desta proposta e dos princípios bases do Paiub, cabia ao MEC a articulação e financiamento da avaliação na educação superior, visando estimular a adesão voluntária das IES à prática avaliativa.

O foco era desenvolver uma avaliação institucional, onde fosse composta por uma autoavaliação que aconteceria de maneira contínua e que se articulava e complementava com a avaliação externa. Tendo como sete princípios norteadores, segundo a elaboração do Paiub. (BRASIL,1993):

- a. globalidade;
- b. comparabilidade ;
- c. respeito à identidade institucional;
- d. não punição ou premiação;
- e. adesão voluntária;
- f. legitimidade;
- g. continuidade.

Para Ristoff (2005), a globalidade visa todas as áreas da IES; a comparabilidade: busca equidade dos indicadores dentro e entre as universidades; o respeito à identidade institucional: considera as características próprias das instituições ressaltando o seu dever social; a adesão voluntária: incorporação da cultura avaliativa e não a imposição da avaliação; a legitimidade: visa a participação dos envolvidos na reelabora e discussão dos resultados e a continuidade: busca por conhecer os avanços alcançados a partir da comparação dos dados.

Dentro das concepções e ideias do Paiub, podemos destacar que nesse programa a educação era entendida como bem público e por isso afeta toda a sociedade, sendo assim a sua concepção de avaliação compreende a avaliação como formativo/emancipatório.

Apesar dos avanços alcançados e das novas concepções adotadas na formulação deste programa, com a mudança de governo em 1995 onde o Brasil encontrava-se sobre o governado por Fernando Henrique Cardoso – FHC, esse modelo de avaliação não se mostrava suficiente dentro do MEC, para continuar desempenhando a função de subsidiar o sistema de educação superior e com isso acaba sendo encerrado.

2.6 Exame Nacional de Cursos – ENC

Em 1996, inicia-se o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC e diante da concepção de que a avaliação deveria expressar a dominação e hierarquização, sendo utilizada como meio de promoção das universidades com melhores rendimentos, foi implantado pelo MEC o Exame Nacional de Cursos – ENC.

O ENC foi criado pela Medida Provisória nº 1.159, de outubro de 1995, sendo alterada no mesmo ano pela Lei nº 9.131. Segundo Zainko (2008) essa nova mudança no sistema de avaliação da educação superior estava diretamente ligada com a ideia e concepção de diminuir o papel do Estado na oferta desta modalidade.

É demandada uma prática avaliativa que apresente mais afinidade com os pressupostos de redução do papel do Estado no provimento de ensino superior, que lhe possibilite, contudo, manter o controle último do sistema. Interessa a constituição de um sistema avaliativo que tenha como um de seus pilares a averiguação dos produtos educacionais, em especial daqueles relacionados ao ensino, que possibilite constatar quais conhecimentos (e em que medida) são adquiridos pelos alunos ao longo do ensino superior e que possa ser organizado de forma que permita a comparabilidade entre as performances das diferentes instituições. (ZAINKO, 2008, p. 19)

Essa política de avaliação passou a ser conhecida popularmente como “Provão”, pois em sua formulação previa a realização de provas anuais para cada curso, tendo como base para a formulação do exame os conteúdos mínimos estabelecidos aos cursos. Com o objetivo claro de aferir o conhecimento e competência que cada concluinte de graduação possuía.

Essas características colaboram para que as notas obtidas pelos estudantes servissem de *rankings* entre os cursos e universidades, atribuindo juízo de valor frente a qualidade de ensino oferecido por cada IES. Tendo como esses pressupostos, a avaliação neste programa assume características de controle, eficiência, competitividade e comparabilidade e punição, visando a classificação das IES relacionadas ao nível educacional desta instituição.

Apesar da mobilização dos movimentos estudantis e dos debates frente a esse novo modelo de avaliação, esse programa foi mantido até o final do mandato do FHC. Sendo extinto após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumir o poder, instalando um novo modelo de avaliação institucional no território brasileiro.

2.7 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes

Após essa longa explanação dos programas criados e implantados no Brasil, no decorrer de aproximadamente três décadas a partir da criação do Paru em 1983 até o atual programa em vigor desde 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Busca evidenciar neste subitem a relevância deste programa no cenário da educação superior.

Com base na análise documental acerca desta temática, identifica-se que deste a concepção até a sua implantação, foi estabelecido um processo reflexivo sobre a educação superior e as experiências de avaliação até então desenvolvidas. Desta forma o pressuposto desta proposta de avaliação é integrar e articular as concepções, objetivos, métodos e práticas entre a comunidade acadêmica e o poder público. (CONAES, 2004, p.3)

Outro ponto fundante na concepção deste novo programa no cenário da educação brasileira, é por explicitar nos documentos a **complexidade** do campo educacional da educação superior, diante desta complexidade define a necessidade da utilização de **vários instrumentos** para melhor abarcar e contemplar a dinâmica educacional desta modalidade.

A complexidade da educação superior, tanto na dimensão institucional quanto do sistema, requer a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias. [...] uma concepção central de avaliação deve assegurar a coerência conceitual, epistemológica e prática, bem como os objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. (SINAES, 2003, p. 63)

Corroborando com essa complexidade educacional, a avaliação tornaria instrumento indispensável tanto por razões burocráticas (visão do Estado), como pelo caráter/papel social e ético que as instituições assumem diante da sociedade brasileira. Já que a educação superior possibilita a produção dos conhecimentos científicos e promove a formação/qualificação necessária para o desenvolvimento do país.

Segundo essa concepção, um sistema avaliativo eficiente busca articular duas dimensões da avaliação: primeiro a dimensão **formativa** da avaliação educativa e segundo o seu caráter **regulador**.

- natureza formativa da avaliação – corresponde a atribuição de juízos de valores, visualizando a qualidade e as capacidades emancipatórias da avaliação (universo ligado principalmente as ações das instituições);

- natureza reguladora da avaliação – busca exercer as funções de supervisão, fiscalização, decisões, autorizações, credenciamentos (universo ligado principalmente as ações do Estado).

No ano de 2003, Cristovam Buarque como atual ministro da Educação, instalou por meio da Portaria MEC/SESu⁷ nº 11, de 28 de abril de 2003 e nº 19 de maio de 2003, a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior – CEA com o objetivo de acabar com o Exame Nacional de Cursos.

Com a clara intensão de desenvolver um programa que consolidasse a ideia e imagem de uma cultura de avaliação institucional onde superasse a rigidez e limitações do “provão” (Exame Nacional de Cursos) e introduzisse um modelo de avaliação processual e dinâmico.

Essa Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior – CEA foi criada “com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”. (SINAES, 2003). Segundo a CEA, o conceito de avaliação do Sinaes tem como ideias centrais a:

[...] **integração e participação** – conceitos fundamentais para a construção de um sistema de avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade. (SINAES, 2003, p 61)

Desta forma, ao final dos estudos e trabalhos da CEA, foi apresentado a proposta de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, viabilizando dentro de sua concepção um novo modelo de avaliação para a educação superior. O Sinaes foi instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, tendo como conceitos fundamentais a construção de um sistema de avaliação capaz de contemplar o compromisso e responsabilidade social das instituições, os valores democráticos, à diversidade das IES, a autonomia e a promoção da identidade.

É criada uma comissão denominada Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes, designada pelo Presidente da República. Essa comissão

⁷ A Secretaria de Educação Superior (SESu)/Ministério da Educação, possui a responsabilidade de “planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior”. Outra responsabilidade atribuída a SESu era de supervisionar as IES mantidas pela União e pela iniciativa privada. Essa secretária foi definida no Governo do Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto 1.917/96 e mantida pelos Decretos nº 4.637 e 4.791, ambos de 2003. (SINAES, 2003, p.28)

possui a responsabilidade de coordenar e supervisionar o Sinaes, assegurando seu pleno funcionamento em respeito as orientações e concepções gerais, com o objetivo de cumprir as exigências técnicas e políticas na qual foi criado.

Tais conceitos visam a promoção da melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. (BRASIL, 2004).

Esse modelo de avaliação na qual o Sinaes foi instituído compreende que o sistema de avaliação deve ser uma construção de **caráter coletivo** (diante sua concepção, implantação e utilização), pois é um instrumento que está a serviço de três instâncias: o Estado, a sociedade e as instituições de educação superior. Desta forma, possui a função de subsidiar a tomada de decisões tanto de caráter político como pedagógico, administrativo e social, com o intuito de visualizar:

- melhoria institucional;
- auto-regulação;
- emancipação;
- elevação da capacidade educativa;
- funções públicas;
- melhoria da qualidade educacional.

De acordo com os critérios já mencionados no corpo deste item, este sistema valida a avaliação como processo que deve proporcionar uma estrutura que valorize a **gestão democrática** e a **autonomia**, visando à **responsabilidade social** e a **excelência acadêmica**. Assim, a avaliação institucional é compreendida como propulsora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimentos e nos processos de regulação por parte do poder público.

Tais características acabam desdobrando-se em ideais como “a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente”.(BRASIL, 2004, p 4.)

2.7.1 Estrutura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes

O Sinaes é um sistema que possui um caráter **formativo**, pois estimula que as instituições através do processo avaliativo desenvolva o autoconhecimento visando o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo.

Além de viabilizar a construção de uma **cultura de avaliação** que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência, incentivando a participação e comunicação com a comunidade interna e externa à IES.

Segundo a proposta do Sinaes (2004), ele possui cinco princípios fundamentais que estão articulados entre si e que busca subsidiar a ideia expressa no parágrafo anterior de uma avaliação de caráter formativo, são eles:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

O Sinaes é composto por uma estrutura na qual possui o apoio de três modalidades de instrumentos de avaliação, sendo que esses instrumentos são aplicados em momentos distintos, porém são articulados entre si. São eles:

- autoavaliação (avaliação interna);
- avaliação externa:
 - avaliação dos Cursos;
 - avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade.

Os objetivos desses procedimentos é identificar as potencializadas e insuficiências dos cursos e das IES, viabilizando uma visão global das instituições e consequentemente do sistema nacional da educação superior a fim de alcançar a melhoria da qualidade educacional deste sistema e possibilitando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelas IES.

Esse programa é aplicado à todas as organizações acadêmicas sejam públicas ou privadas. A organização estrutural do Sinaes, contempla o desenvolvimento de uma gestão democrática e da autonomia institucional dentro das IES.

Os próximos dois subitens buscam caracterizar e pontuar os elementos que compõem cada uma das duas avaliações, a interna (autoavaliação) e a avaliação externa (composta pela avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes – Enade).

2.7.1.1 Autoavaliação institucional no contexto do Sinaes

A autoavaliação assume características próprias e singulares, na qual em linhas gerais servem como diagnósticos, identificando as causas dos problemas e deficiências encontradas, aumentando a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo. Assim, a ideia é que as informações coletadas e analisadas com a autoavaliação, sejam capazes de subsidiar a tomada de decisões futuras e que atendem a elaboração de um relatório abrangente e detalhado.

Esse instrumento é compreendido e definido como um processo contínuo e global, no qual a instituição constrói conhecimentos sobre sua realidade. Segundo os documentos oficiais, a autoavaliação é um processo “cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição”. (BRASIL, 2004).

Desta forma, a autoavaliação constitui um processo no qual a instituição analisa internamente e autonomamente alguns elementos de sua realidade que compreende sua missão, sua organização, administração, projetos pedagógicos e responsabilidade social. A elaboração da autoavaliação pelas instituições devem ser realizadas à luz da missão da instituição, valorizando a sua identidade e características.

Para a elaboração da autoavaliação é necessário que cada IES crie uma comissão para conduzir esse processo de autavaliação do universo institucional, como o definido no artigo 11 da lei nº 10.861/04, a Comissão Própria de Avaliação – CPA

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004)

A CPA desta forma é responsável por conduzir o processo de avaliação interna (autoavaliação), assim como pela sistematização e prestação de informações ao INEP. Em sua composição é exigido a participação de membros da comunidade acadêmica e civil, porém não é estabelecido uma quantidade de membros para cada área ou por

instituições. Dentro dos membros exigidos da comunidade acadêmica, encontrasse os atores presentes nesta instituição, alunos, professores, técnicos e auxiliares.

Essa CPA possui algumas responsabilidades como exposto no artigo 11, e uma estrutura de funcionamento no qual é distribuído em três etapas:

- Preparação – consiste em ações para conhecer os membros da CPA. A ideia é que sejam pessoas capazes de assumir essa responsabilidade e neste momento é necessário a sensibilização de toda a comunidade interna e externa sobre a importância e significado que a autoavaliação possui para o crescimento e melhoria da IES;
- Desenvolvimento – estabelecer a coerência entre a proposta/planejamento e as metodologias utilizadas para alcançar essas ações;
- Consolidação – compreende na ação de elaboração, análise e divulgação dos resultados alcançados com a autoavaliação. É importante que esse documento não expresse apenas a coleta de dados sem análise e sugestões para as ações futuras dentro da IES, seja a curto, médio ou longo prazo.

O relatório de autoavaliação desenvolvido pela CPA segue algumas orientações, assim com a análise das 10 dimensões⁸ sobre o universo institucional e a responsabilidade frente à educação superior, sendo estabelecidas no artigo 3º da lei nº 10.861/04.

Diante das dimensões, estruturas e conceitos que embasam a proposta do Sinaes, podemos destacar que as ações desejadas por meio deste sistema de autoavaliação, encontra-se redigido nas Diretrizes para a autoavaliação:

Tem, como eixo central, dois objetivos, respeitando as diferentes missões institucionais:

- avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização. (BRASIL, 2004).

Percebemos que neste modelo e sistema de avaliação da educação superior, promove a participação e a tomada de consciência das instituições sobre o fato de serem

⁸ Essas dimensões foram pontuadas nas considerações iniciais deste trabalho e serão retomadas no terceiro capítulo para a realização das análises.

ao mesmo tempo responsáveis e corresponsáveis pela qualidade educacional que exercem. Responsáveis em desenvolver o autoconhecimento da sua realidade, indicando os aspectos positivos e aqueles no qual ainda necessitam trabalhar e corresponsáveis, pois assumem um compromisso com o Estado na realização de uma prática educacional.

Porém na estrutura do Sinaes por identificar a importância da articulação entre o poder institucional e o poder público para a melhor qualidade da educação superior, disponibiliza instrumentos de avaliação para esses dois, sendo a autoavaliação para o poder institucional de cada IES e a avaliação externa sobre a responsabilidade do poder público.

2.7.1.2 Avaliação externa

Após a realização da autoavaliação, a IES é submetida a uma avaliação externa. Ressaltando a importância da articulação dessas duas avaliações, pois ambas buscam conhecer a realidade da IES em sua globalidade e continuidade. Segundo as diretrizes para a auto-avaliação nas instituições, pondera que “ a avaliação externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC” (BRASIL, 2004).

Esse processo de avaliação externo é compreendido por duas etapas:

- i. Avaliação do curso/ instituição** - compreende na visita de técnicos definidos pela Conaes nas instituições de educação superior, onde realizam uma inspeção e a confecção de um relatório destinado ao INEP referente a visita;
- ii. Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade** – compreende um exame realizado por alunos selecionados, onde busca aferir os conhecimentos dos alunos em relação ao conteúdo programático, previsto nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação;

a) Avaliação do curso/instituição

Essa avaliação externa é realizada por uma comissão designada pela Conaes, busca contemplar uma visão total e global das instituições. No relatório desenvolvido por essa comissão deve conter a análise da IES, a partir de juízos de valor sobre a visão global e o contexto da instituição, assim como os diversos aspectos da IES. Indicando

os principais problemas/fragilidades e possíveis recomendações para a melhoria dos pontos levantados.

Existem alguns pontos que são definidos como critérios base para que a inspeção seja realizada objetivando a melhoria na educação a nível nacional, porém isso não exclui as especificidades de cada instituição, são eles:

- análise crítica dos relatórios e materiais produzidos na autoavaliação e alguns documentos da instituição;
- análise das instalações da IES;
- entrevistas com membros da instituição;
- elaboração de um relatório, contendo as principais idéias que obtiveram após a realização do processo avaliativo;
- envio do relatório para a Conaes.

Essas são algumas das ações realizadas pela comissão de avaliação designada pelo Conaes, para realizar a avaliação da instituição e do curso. Esse processo busca pontuar com um olhar externo o processo que a autoavaliação realizado pela CPA desenvolveu, com o intuito de possibilitar novos olhares capazes de contribuir em ações de aperfeiçoamento dentro de cada IES.

b) Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade

Essa avaliação compreende um dos instrumentos do Sinaes por meio da Portaria 107, de 22 de julho de 2004. O Enade foi pensado como um exame que deve ser aplicado respectivamente a alunos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação de todas as instituições de educação superior brasileira. Com a finalidade de realizar um diagnóstico da trajetória do estudante na instituição com relação aos conhecimentos definidos pelas diretrizes curriculares de cada curso de graduação. O período de realização desse exame é de três anos, sendo considerado um componente curricular obrigatório a todos os estudantes convocados a realização.

O processo do Enade é composto por quatro partes essenciais, sendo: a) o questionário inserido no caderno de prova que busca conhecer a opinião dos estudantes sobre a prova; b) a prova realizada em cada curso com conteúdos respeitando as diretrizes; c) um estudo socioeconômico do aluno e d) questionário destinado ao coordenador de cada curso, onde busca saber o olhar do coordenador sobre o Projeto Político Pedagógico e as categorias gerais do curso (SOUZA, 2011).

Desta forma o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, busca desenvolver e atender as necessidades e complexidades encontradas no campo educacional e no universo de cada instituição de educação superior. Com essa política o Estado realiza a regulação das IES, da mesma forma que viabiliza que cada instituição seja capaz de conhecer suas ações e necessidades através da autoavaliação e dos resultados disponibilizados das avaliações externas.

Permitindo que as instituições tenham liberdade e autonomia para desenvolver suas ações de maneira comprometida com o sistema educacional e com a sociedade, abrindo espaços para a o planejamento, criação e execução de ações voltadas ao seu contexto e realidade institucional.

Após a realização dos estudos acerca dos programas de avaliação institucionais desenvolvidos ao longo de três décadas no Brasil, evidenciamos por meio de quadro as características de cada programa. Notamos que os programas implantados acabaram intercalando concepções predominantes de regulação e de emancipação, ocasionados pelo contexto histórico-político-econômico em que o país transitou.

O quadro a seguir destaca as concepções que nortearam os programas anteriores ao Sinaes, porém notamos que o Sinaes incorpora vários elementos de políticas anteriores a ele, deslumbrando desta forma, um sistema avaliativo capaz de atender as necessidades políticas do Estado e as necessidades institucionais e sociais no que se refere ao processo educacional da educação superior.

Quadro 3: Características dos programas de avaliação da educação superior brasileira implantados no Brasil.

	Paru	Geres	Paiub	ENC	Sinaes
Objetivo	Diagnóstico da situação da educação superior	Propor nova lei de ensino superior. Foco nas instituições públicas	Propor a sistematização da avaliação educacional. Visualiza a avaliação como processo contínuo.	Redução do papel do Estado. Indicadores de desempenho.	Avaliação em larga escala. Visualiza a avaliação como processo contínuo e global.
Concepção de avaliação	Formativa/Emancipatória	Regulação/Meritocrática	Formativa/Emancipatória	Regulação/Controle	Formativa/Emancipatória.
Tipo de avaliação	Interna	Externa	Interna e Externa	Externa (prova de conhecimentos)	Interna e Externa
Justificativa	Conhecer a realidade	Financiamento	Prestação de conta à sociedade.	Aferir os conhecimentos e competências dos alunos.	Criação da cultura avaliativa nas IES. Aperfeiçoamento das atividades acadêmicas.

Fonte: construção da autora.

CAPÍTULO 3 – APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO ELABORADOS PELAS IES, E AS REGULAMENTAÇÕES EXIGIDAS PELO SINAES

Este último capítulo do trabalho apresenta os dados e resultados da pesquisa, apontando os caminhos percorridos na análise e interpretação dos relatórios de autoavaliação elaborado pelas CPAs das universidades federais do Alagoas, Paraíba e Rio de Janeiro. Com o intuito de analisar como os relatórios de autoavaliação de três universidades públicas, atendem as dimensões definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

3.1 Perspectivas de análise e interpretação dos dados

Conforme mencionado nas considerações iniciais deste trabalho, esta pesquisa é de caráter qualitativo, segundo Neves (1996) é possível em uma pesquisa qualitativa realizar um corte temporal-espacial em um determinado fenômeno por parte do pesquisador, e é esse corte que define o campo e a dimensão em que o trabalho se desenvolverá e os possíveis mapeamentos realizados. Desta forma, ao optarmos pela utilização dos relatórios de autoavaliação, que compreende um entre os três elementos que compõem o Sinaes, essa escolha representa um corte temporal, definindo e focando as análises apenas nos relatórios das três universidades públicas, sendo os relatórios do ano de 2012.

Os relatórios analisados foram selecionados seguindo dois critérios: a) estarem sobre o domínio público (foram extraídos da internet) e b) serem de universidades públicas. Realizamos uma análise documental dos principais documentos como: a Lei 10.861/04; Nota Técnica nº14/2014 e as Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, além de autores que trabalham com a temática, para investigar a natureza dos relatórios e se eles estão em conformidade com o que é proposto no sistema.

Segundo Godoy (1995) na pesquisa documental é possível utilizar-se de um caráter inovador e reflexível trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Sendo assim, ao analisar e investigar os documentos produzidos pelas IES

(relatórios de autoavaliação) e os documentos que regulam e constituem o Sinaes, foi possível utilizar de interpretações, reflexões e levantamentos de novas questões sobre esses documentos, a fim de alcançar os objetivos definidos.

Nesta perspectiva, a análise dos relatórios dividiu-se em três dimensões:

- Analisar a concepção de autoavaliação que norteia os relatórios das universidades públicas;
- Reconhecer o nível de coerência entre as diretrizes de autoavaliação definidas pelo Sinaes e o que é apresentado nos relatórios elaborados pelas instituições selecionadas;
- Identificar em cada dimensão as fragilidades e potencialidades apontadas pelas IES em seus relatórios.

Os relatórios de cada IES foram lidos individualmente e as informações relevantes tabuladas em dez dimensões, seguindo a organização inicial do artigo 3º da Lei nº 10.861/04. Após o conhecimento e o aprofundamento em cada um dos relatórios, houve a necessidade de reunir as informações não mais por IES, mas sim por dimensão, desta forma confeccionou-se um quadro comparativo entre as dimensões de cada IES a fim de buscar equivalências e distanciamentos nas informações apresentadas pelas IES conforme cada dimensão.

O segundo quadro elaborado foi fundamental para compreender como cada uma das três universidades públicas pesquisadas apresentam diferentes realidades, apesar de serem o mesmo tipo de organização acadêmica e por receberem ambas financiamento do governo federal. E por último reunimos em um quadro os aspectos pontuados como potencialidades e as fragilidades encontradas em cada instituição.

Essa sucessão de quadros e refinamento dos dados foi necessário para compreender e conhecer melhor a realidade institucional das IES e perceber as concepções e visualização dado a esses relatórios de autoavaliação desenvolvidos pela instituição.

3.2 A concepção de autoavaliação que norteia os relatórios das universidades públicas pesquisadas

O Sinaes é um modelo de política pública destinada à educação superior no Brasil, englobando todas as instituições dessa modalidade do país com diferentes organizações acadêmicas: centros universitários, faculdades e universidades, sendo instituições privadas ou públicas.

Esse sistema fundamenta-se na necessidade e constante busca pela melhoria da qualidade da educação superior ministrada, na orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e do compromisso social que estas instituições possuem.

O Sinaes destaca-se por possuir um instrumento que possibilita práticas avaliativas que fortaleçam as ações desenvolvidas pelas IES, de maneira a proporcionar e viabilizar a consciência de sua realidade, missão, suas potencialidades e fragilidades, favorecendo dessa forma não apenas a consolidação da cultura avaliativa como institucional.

Podemos pontuar a autoavaliação dentro do Sinaes como uma avaliação de caráter formativo, pois estimula as instituições a desenvolverem um processo de autoconhecimento, sendo caracterizado por um processo contínuo, criativo e renovador. Onde valoriza a autonomia, a responsabilidade, assim como as individualidades e peculiaridades de cada instituição.

O Sinaes possui um núcleo comum a todas as instituições, porém além deste núcleo comum, o sistema possibilita que cada instituição seja valorizada e autônoma para atender as necessidades pertinentes a suas concepções, missões e finalidades.

Para contemplar a proposta de um dos objetivos específicos deste trabalho, no qual busca conhecer as concepções de avaliação de cada IES selecionada, elaboramos um quadro com as concepções descritas nos relatórios de cada instituição sobre a autoavaliação (sobre esse processo avaliativo). Visando equalizar ou descobrir possíveis dissociações entre as concepções declaradas pelas IES e o que propõem o Sinaes, além dessa identificação buscou-se estabelecer uma relação entre as concepções de autoavaliação das IES e suas respectivas missões, apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 4: As concepções de autoavaliação presentes nos relatórios e suas respectivas missões.

	Concepção de avaliação	Missão da IES
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	O processo avaliativo possui	Visa produzir, multiplicar e

	um caráter formativo, diagnóstico e regulatório, onde busca a participação de todos os segmentos da comunidade universitária.	recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum.
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	O processo avaliativo possui um caráter processual, visando avaliar a instituição como uma totalidade, buscando a melhoria da qualidade acadêmica e o autoconhecimento. Superando as práticas de meras verificações e mensurações, viabilizando a participação social e acadêmica.	Visa que a IES seja integrada a sociedade, promover o processo científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atrelado ao desenvolvimento sustentável e ampliando o exercício da cidadania.
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	--* A IES não apresenta no corpo de seu documento, uma declaração sobre a concepção de autoavaliação. Porém, é expresso que a instituição utiliza de métodos avaliativos com regularidade para aprimorar os trabalhos, e é por isso que foi considerada a melhor universidade federal do País e oitava da América Latina, segundo o QS World University Rankings.	Visa proporcionar a sociedade brasileira os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora.

--* Considerações realizadas após a leitura do referido relatório.

Fonte: Construção da autora.

As concepções apresentadas encontram-se em conformidade com o Sinaes, ambas as instituições apresentam a autoavaliação como um processo de caráter formativo, participativo e que visa a melhoria da qualidade. Apesar na UFPB não utilizar da palavra *formativo*, expressa a ideia com a utilização da palavra *autoconhecimento*.

A preocupação expressa no Sinaes é que haja uma participação efetiva, não apenas da comunidade interna mas também da comunidade externa a IES, sendo essa visão apresentada na missão das instituições pesquisadas. É possível identificar que as instituições percebem-se como agentes sociais de grande valor cultural e científico, desta forma manifestam em sua missão a responsabilidade e a designação das instituições de educação superior em promover, disponibilizar, propagar, difundir e compartilhar os saberes científicos e sociais desenvolvidos para toda a comunidade, não apenas acadêmica como social.

Para além da expressa preocupação com o saber cultural e científico, as três instituições apresentam em sua missão uma preocupação com a atuação dos indivíduos na sociedade. E essa preocupação é expressa por meio das frases: “desenvolvimento humano e bem comum” (UFAL), “ampliando o exercício da cidadania”(UFPB) e a “capacitando seus integrantes a atuar como força transformadora”(UFRJ).

A única universidade que apresenta um elemento novo e diferente das demais é a UFPB, ao estabelecer uma relação entre suas atividades e o *desenvolvimento sustentável*. Desta forma, as demais IES permaneceram ligadas a base comum dada à educação, delegando a essas instituições as ações voltadas para o desenvolvimento e compartilhamento dos saberes.

Uma importante discussão sobre a sincronia presente entre as concepções expressas nos relatórios de autoavaliação e o defendido pelo Sinaes, encontra-se na veracidade das informações apresentadas pelas IES. Podemos afirmar que há uma sincronia entre as concepções das IES e a do sistema, porém neste estudo não podemos realizar uma análise mais detalhada para descobrir se o processo de autoavaliação das IES são/foram realizados sobre estas concepções.

Destacamos que tais percepções sobre a autoavaliação foram descritas nos referidos relatórios, demonstrando que teoricamente os relatórios estão em conformidade com o Sinaes, promovendo informações de autoconhecimento, um melhor gerenciamento administrativo e pedagógico da IES, assim como a interlocução entre a comunidade acadêmica e social.

3.3 Reconhecer o nível de coerência entre as diretrizes de autoavaliação definidas pelo Sinaes e o que é apresentado nos relatórios elaborados pelas instituições selecionadas

Para a realização das análises dos três relatórios de autoavaliação das IES, optamos por seguir o atual modelo, onde agrupamos as dez dimensões em cinco eixos segundo a nota técnica nº14/2012, para a interpretação e análise realizamos uma tabela que consta no apêndice deste trabalho.

No documento intitulado de “Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições (2004)”, reúne todos os elementos que a autoavaliação deve abranger. Para cada dimensão há três subitens que colaboram para o desenvolvimento de uma

autoavaliação coerente e efetiva, os itens são: núcleo básico e comum; núcleo de temas optativos e documentos, dados e indicadores para esta dimensão.

Esses itens contêm observações que buscam reportar informações importantes e fundantes dentro de uma instituição. Em linhas gerais o que encontramos nos relatórios de autoavaliação foi uma superficialidade das dimensões, as instituições centram todo o trabalho nos itens comuns às IES, não exploram os aspectos individuais de cada instituição.

Podemos notar que essas instituições estão situadas em regiões diferentes e apesar das diferenças e especificidades regionais, identificamos que tais características não foram mencionadas em seus relatórios. Essa observação ratifica que nos relatórios desenvolvidos pelas IES estão centrados exclusivamente a base comum exigida pelo Sinaes, desconsiderando assim os aspectos singulares/individuais da IES.

O primeiro eixo analisado corresponde à dimensão 8 – Planejamento e Avaliação. Nessa análise identificamos que duas instituições possuem perfis semelhantes, são elas a UFPB e a UFRJ. A similaridade entre os relatórios encontra-se, pois ambas declaram que suas ações são orientadas segundo o PDI e outros documentos e/ou ações como: reuniões, roteiros e diretrizes definidas.

Quadro 5: Aproximações entre duas instituições (UFPB e UFRJ) sobre a relação entre o PDI e as ações de planejamento e gerenciamento da IES.

<p>Universidade Federal da Paraíba – UFPB</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A IES revela ser uma instituição que possui um PDI bem elaborado e constantemente revisitados pelas gestões. A UFPB em seu PDI realiza uma análise da situação atual de suas unidades acadêmico-administrativa visando a projeção daquilo que a instituição quer e pode ser no futuro. Identificando os aspectos fortes ou vantagens, os facilitadores do desenvolvimento institucional e os pontos fracos, as fragilidades e debilidades. A luz dessa contextualização é possível definir as ações necessárias para que haja a melhoria dos pontos identificados e para que essas ações estejam em conformidade com a missão e objetivos que UFPB possui para o seu futuro. - As ações de planejamento perpassam por reuniões dos Conselhos Departamentais, dos colegiados de cursos de graduação e pós-graduação, dos conselhos de centro, da comissão técnica e administrativa e outros como a PROPLAN. - Uma ação realizada dentro da instituição com a visão de fortalecer e implantar uma cultura de autoavaliação institucional foi criado o Projeto Piloto de Autoavaliação, sendo aplicado aos docentes e discentes para avaliar as dimensões de recursos humanos, organização didático-pedagógica, infraestrutura e organização institucional. É aplicado um questionário e a ideia é que após a aplicação e coleta dos resultados sejam desenvolvidos e feitos seminários que possibilitem a
--	---

	discussão de tais dados e sua incorporação nos planejamentos futuros para que a IES esteja sempre integrada as percepções dos docentes e discentes e assim desenvolvam constantemente melhorias. Esse projeto ainda não foi completamente implantado, pois está em fase de testes e aperfeiçoamento.
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	<ul style="list-style-type: none"> - A IES realizou uma série de pesquisas de opinião, essas pesquisas foram referentes ao: RU, coleta seletiva implantada na UFRJ, transporte, o sistema de cotas, as opções de alimentação utilizadas pelos membros da IES e outros. - A IES afirma uma constante busca pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, e desta forma esclarece que suas ações são realizadas a partir de alguns levantamentos, como : da autoavaliação interna, as diretrizes traçadas pelo MEC, diretrizes de seus colegiados superiores e de cursos. - A instituição possui um Comitê do Plano Diretor que reúne uma série de informações sobre as atividades, interesses, necessidades e anseios da comunidade universitária e da comunidade externa também. Atualmente está em andamento uma pesquisa que busca saber se a comunidade acadêmica gostaria de uma universidade contemporânea.

Fonte: Construção da autora.

Essas duas IES apresentam uma constante evolução para a incorporação do processos avaliativos em suas práticas. A UFPB vem desenvolvendo um projeto piloto de autoavaliação visando que este colabore para a implantação e desenvolvimento de uma cultura mais eficiente e contínua de autoavaliação. Já a UFRJ revela durante todo seu relatório ser uma instituição de tradição e excelência por isso a constante busca por ações que possibilitem a melhor qualidade educacional e administrativa.

A outra IES que compõem o conjunto das três instituições selecionadas para este trabalho, a UFAL declara que “sua cultura avaliativa ainda está longe de ser alcançada, considerando que a integração de avaliação com o planejamento ainda não está incorporado na prática”.

O segundo eixo compreende as dimensões 1 (missão e plano de desenvolvimento institucional) e 3 (responsabilidade social da instituição). Para essa análise desconsideramos a dimensão 1 tendo em vista que já analisamos no item 3.2 deste trabalho. Ao realizar a análise deste eixo, constatamos que as instituições UFPB e UFRJ apresentaram em seus respectivos relatórios uma maior fidelidade ao que era expresso no documento orientador do Sinaes.

Desta forma, elaboramos um quadro das principais características presentes nos relatórios de autoavaliação e o que é proposto pelo Sinaes. É possível expressar a partir

do quadro que as IES possuem ações voltadas para o seu público acadêmico, porém suas ações não se resumem apenas a comunidade interna, contemplando também a comunidade externa, revelando que os trabalhos desenvolvidos pelas instituições no âmbito: ensino, pesquisa e extensão possuem ações que vão além dos “muros” universitários.

Quadro 6 : As principais ações descritas pelo Sinaes e atendidas nos relatórios das IES na dimensão 3.

	UFAL	UFPB	UFRJ
Articulação entre pesquisa e extensão, no desenvolvimento de trabalhos voltados para a responsabilidade social.	--	Contempla	Contempla
Políticas de Ações Afirmativas para a comunidade acadêmica.	Contempla	Contempla	Contempla
Alcance das ações desenvolvidas pelas IES a sociedade.	--	Contempla	Contempla
Articulação das ações desenvolvidas pela IES com o mercado de trabalho.	--	Contempla	Contempla
Projetos voltados para setores sociais excluídos da sociedade.	--	Contempla	Contempla
Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.	--	Contempla	--
Atividades culturais.	--	Contempla	Contempla

Fonte: Construção da autora.

A partir deste quadro podemos evidenciar a relação existente entre a missão das IES e questões como: a difusão cultural, científica e preocupação social que as instituições possuem. Essa relação foi expressa quase que predominantemente por duas instituições UFPB e UFRJ, demonstrando a articulação entre filosofia e prática nessas instituições.

O terceiro eixo é composto pelas seguintes dimensões: política para o ensino, pesquisa e extensão (dimensão 2), comunicação com a sociedade (dimensão 4) e política de atendimento aos estudantes (dimensão 9). Para essa análise, agrupamos as informações apresentadas pelas IES e as principais indicações do Sinaes para as três dimensões.

Quadro7: Aspectos relevantes do Sinaes que deveriam ser mencionados nos relatórios das IES, segundo as dimensões 2, 4 e 9.

UFAL	UFPB	UFRJ
------	------	------

Curso à distância	NÃO	SIM	SIM
Políticas de ampliação no número de vagas para cursos	NÃO	SIM	SIM
Programas de ocupação de vagas ociosas	NÃO	NÃO	SIM
Adesão ao ENEN/SISU	NÃO	NÃO	SIM
Inovações na área pedagógica	NÃO	NÃO	SIM
Questões ligadas ao currículo da IES	NÃO	NÃO	NÃO
Relação entre as pesquisas e o desenvolvimento regional	NÃO	SIM	SIM
Relação entre as ações de extensão e a sociedade	NÃO	SIM	SIM
Integração entre graduação e pós-graduação	NÃO	NÃO	NÃO
Programas de bolsas acadêmicas	NÃO	SIM	SIM
Programas de bolsas assistenciais	NÃO	SIM	SIM
Meios de comunicação	- uso apenas do site da IES	-Pólo Multimídia - Portal - Redes Sociais - Revista UFPB - Site - Sistema de Rádio - TV UFPB	- Site da IES - UFRJ Plural (boletim) - WebTV - Bancos de Imagens
Serviço de ouvidoria	NÃO	NÃO	SIM
Existem meios de comunicação que alcançam a comunidade externa	NÃO	SIM	SIM
Políticas ou programas que combatem a evasão	SIM**	NÃO	SIM
Programas de assistência a saúde dos discentes	NÃO	SIM	SIM
SIM** - A IES não possui uma política, porém desenvolve ações isoladas voltadas para a mesma.			

Fonte: Construção da autora.

Uma das dimensões mais importantes dentro de uma universidade é a de ensino, pesquisa e extensão, pois esse é o tripé da educação superior. Evidenciamos alguns pontos contemplados pelo Sinaes e esquecidos pelas IES selecionadas, foram eles: questões ligadas ao currículo dos cursos, as formas de avaliação da aprendizagem ou a interdisciplinaridade. Os pontos mais evidenciados pelas três instituições foram a

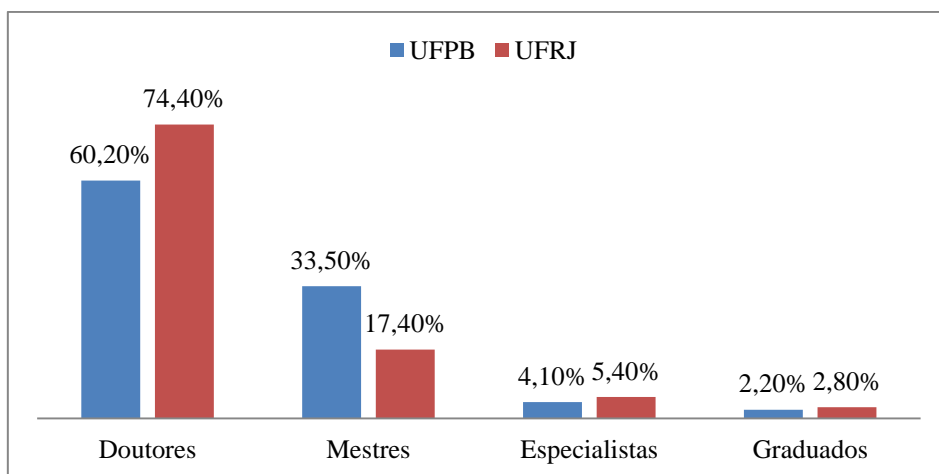
expansão e ampliação dos cursos/vagas, resultado de uma política federal destinado a educação superior.

As instituições UFPB e UFRJ possuem uma variedade de meios de comunicação à disposição da instituição, sendo que alguns desses meios podem ser alcançados e acessados pela comunidade externa o que colabora para a visibilidade das ações desenvolvidas pelas IES no espaço acadêmico.

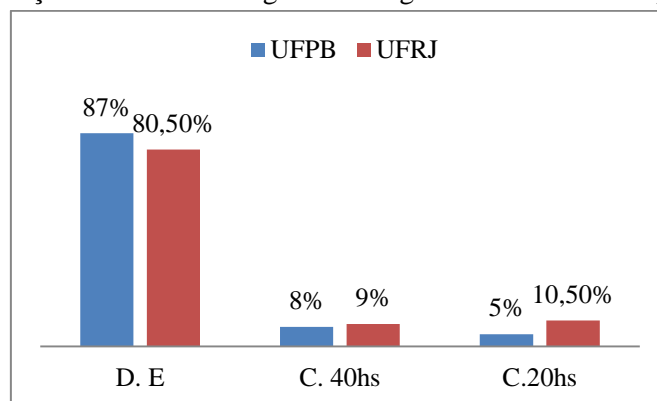
O quarto eixo reúne três dimensões: a de política de pessoal (dimensão 5); organização e gestão da instituição (dimensão 6) e a de sustentabilidade financeira (dimensão 10). Esse eixo está diretamente ligado a questões administrativas e de gerenciamento da IES, essas dimensões são tratadas de maneira superficial por todas as instituições pesquisadas.

Na dimensão referente à política de pessoal, apenas duas instituições apresentaram a quantidade de docentes, a distribuição desses por nível acadêmico e a carga de trabalho, foram elas UFPB e a UFRJ.

Gráfico 1: Distribuição do quadro de docentes segundo a qualificação acadêmica das instituições UFPB e UFRJ.



Fonte: Construção da autora.

Gráfico 2: Distribuição dos docentes segundo a carga horária das instituições UFPB e UFRJ.

Fonte: Construção da autora.

Apesar das instituições possuírem um total de professores diferenciados, já que a UFRJ possui 4122 docentes em seu quadro, aproximadamente o dobro do número de docentes da UFPB que possui 2142 mil docentes. Essas instituições apresentam-se equiparadas quanto a distribuição desses funcionários segundo os gráficos 1 e 2, desta forma podemos afirmar que ambas possuem um corpo docente preparado e qualificado para subsidiarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A instituição UFAL apresenta em seu relatório a insuficiência do quadro de docentes e da qualificação dos mesmos para atender as demandas da IES, não revelando indicadores quantitativos.

Ainda relacionado a política de pessoas, era esperado que as IES contemplassem questões como: plano de carreira; assistência à saúde; ações e projetos desenvolvidos para a qualificação e capacitação de seus técnicos, docentes e outros, o que não ocorreu em duas instituições .

A única IES que faz referência e denomina os projetos é a UFPB, apresentando o órgão Pró-Reitoria de Gestão e Pessoas - PROGEP como responsável pela ampliação do nível educacional dos técnicos, por meio de cursos à distância e com o desenvolvimento de capacitação para docentes (para a melhor utilização dos recursos de mídia nas atividades pedagógicas). E a elaboração de um programa destinado à saúde dos funcionários denominado de Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

As demais dimensões foram exploradas adequadamente nos relatórios, sendo a dimensão 6 que contempla questões sobre a organização e gestão da IES, apresentam poucos indicadores. O aspecto mais relevante desta dimensão para as IES, foram:

- **Universidade Federal de Alagoas – UFAL:** revela ter conselhos e colegiados próprios, porém não é pontuado o nome dos mesmos e a quantidade desses órgãos.
- **Universidade Federal da Paraíba – UFPB:** a IES informa uma busca pela descentralização de competências e responsabilidades; incentivando a ampliação da autonomia financeira das unidades acadêmico-administrativos e a melhoria na comunicação entre setores. Não revelou sua organização, funcionamento e atribuições dos órgãos colegiados.
- **Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ:** descreve a sua organização por órgãos colegiados superiores; órgãos de direção superior; órgãos da estrutura acadêmica. A IES ainda descreve as funções de cada órgão, porém não apresenta as ações ou agendas dos mesmos.

A última dimensão deste eixo é a sustentabilidade financeira da IES (dimensão 10), as informações desta dimensão foram apresentadas de maneira comum a todas as IES, pois as três instituições (UFAL; UFPB e UFRJ), são universidades públicas e desta forma recebem recursos públicos para a sua manutenção e sustento. Todas as instituições atribuem o aumento tanto dos gastos referentes à expansão e manutenção da IES como no valor recebido, após a adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni⁹.

O último eixo corresponde a infraestrutura (dimensão 7), a UFRJ apresenta indicadores do número de instalações físicas que compreende sua estrutura/arquitetura. Apenas uma IES, a UFPB evidência trabalhos na infraestrutura e materiais pedagógicos voltados para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Um item predominante nos relatórios é referente a biblioteca, informando ser um órgão de fundamental importância e que merece atenção, pois possui um papel fundamental no processo educacional alcançado com qualidade e excelência, as instituições que mencionaram foram UFPB e UFRJ.

Nesta dimensão observamos ainda que as três instituições possuem uma estrutura multicampi revelando a expansão e ampliação das universidades públicas. Um dos objetivos dentro do Sinaes corresponde ao aumento da expansão da oferta e da

⁹ O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). É um programa do governo federal para a expansão da educação superior, tendo como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>, acessado em 26 de janeiro de 2014.

qualidade do ensino, e a estrutura multicampi possibilita e viabiliza essa expansão. Desta forma declaramos que as instituições pesquisadas têm caminhado e alcançado melhorias na infraestrutura, equipamentos e mobiliários oferecendo benefícios aos estudantes e funcionários.

Após a análise detalhada de cada eixo/dimensão definido pelo Sinaes, realizamos algumas considerações sobre os relatórios de cada IES de maneira global e descentralizada das análises dos eixos/dimensões. Essa necessidade surgiu após a observação que uma IES apresenta em algumas dimensões desprezíveis com o que foi estabelecido no documento intitulado de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições.

Desta forma, houve a necessidade de avaliar e analisar os relatórios de maneira global, buscando conhecer a sua organização geral e principais características presentes e recorrentes na construção dos relatórios de autoavaliação. Foi elaborado um quadro reunindo todas as informações nesse sentido.

Quadro 8: Descrição geral dos relatórios de autoavaliação de cada instituição pesquisada.

<p>Universidade Federal de Alagoas – UFAL</p>	<p>O relatório desta IES possui informações de pouca relevância e coerência, sugerindo que de maneira geral esta instituição não possui incorporado a suas práticas um processo de autoavaliação e monitoramento de suas ações e da real situação em que a IES encontra-se.</p> <p>Desta forma o relatório elaborado apresenta uma fragilidade estrutural, podendo revelar que esta dificuldade e fragilidade não apenas esteja na elaboração do documento como a IES pode está passando por eventuais dificuldades e problemas, o que foi expresso em seu relatório problemas relacionado ao desequilíbrio financeiro e a necessidade de políticas para a contenção de gastos e despesas.</p> <p>Não foi notória as ações que a IES visa para a solução de alguns problemas pontuados no relatório como: o quadro de docentes e servidores, infraestrutura e a não apropriação da cultura avaliativa.</p> <p>Outro ponto evidente foi que o relatório produzido pela CPA desta IES, foi estruturado apenas com base em questionários aplicados aos docentes, discentes, técnicos e egressos para aferir o grau de satisfação sobre as dimensões.</p> <p>Concluimos que este relatório é frágil, pouco articulado com as ações, finalidades e intenções tanto da IES quanto do Sinaes.</p>
<p>Universidade Federal da Paraíba – UFPB</p>	<p>O relatório desta IES apresenta em cada uma de suas dimensões objetivos contemplados e definidos no PDI, no relatório não apresenta todos os objetivos apenas os gerais ou geradores de mais ações.</p> <p>Além dos objetivos traçados é apresentado “ações realizadas”,</p>

	<p>apresentando dados alcançados segundo os critérios definidos e as ações pontuadas na categoria anterior. Normalmente é contextualizado os órgãos responsáveis por este setor e as ações por ele executadas ou que ainda permanecem em andamento ou possíveis reformulações para alcançar e concluir os objetivos. Ao final é pontuado os principais problemas encontrados no caminho e quais as ações que ainda precisam ser revisitadas no futuro.</p> <p>Apesar desta IES também contar com questionários de opinião de satisfação dos seus segmentos, é realizado uma relação entre esses questionários e os documentos da IES como PDI e outros. A instituição ainda não alcançou por completo a cultura avaliativa, porém tem desenvolvido ações para a efetivação dessa cultura.</p>
<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ</p>	<p>O relatório desta IES apresenta em todo o seu corpo, o orgulho que a instituição possui do trabalho desenvolvido e destaca algumas vezes que a IES é considerada uma das melhores universidades do país, revela sua excelência nos trabalhos desenvolvidos.</p> <p>A UFRJ realizou a construção dos seus relatórios seguindo as seguintes características: uma breve contextualização e descrição da dimensão, indicadores (presença de gráficos, tabelas e quadros) e uma consideração ao final (evidenciando os aspectos que veem sendo desenvolvidos e aqueles considerados de maior dificuldade).</p> <p>Um ponto fraco é que não foi realizada uma explicação mais detalhada de todos os indicadores presentes do documento. Algumas dimensões tiveram uma maior presença desses gráficos e tabelas, porém os mesmos foram poucos explorados ou contextualizados.</p> <p>Desta forma esse relatório apontou que a IES possui uma estrutura definida e que os trabalhos têm sido desenvolvidos sempre visando a melhoria da IES e da qualidade da instituição.</p>

Fonte: Construção da autora.

Nota-se que a UFAL elabora seu relatório de maneira pouco exploratório e articulado com o seu PDI, ocasionando um esvaziamento das dimensões e superficialidade ao tratarem os dados levantados. Já as universidades UFPB e UFRJ realizam uma autoavaliação articulada com as metas e objetivos descritos do PDI e buscam realizar levantamentos sobre o grau de satisfação de seus segmentos, o que colaborou para a construção de um relatório mais coerente e que se aproxima ao modelo proposto pelo Sinaes.

As instituições pesquisadas revelam não possuírem uma cultura de autoavaliação vigente e efetiva, mas pontuamos que duas dentre as IES selecionadas apresentaram um relatório coerente e bem estruturado (UFRJ e UFPB). Podemos evidenciar que esse maior cuidado das instituições UFRJ e UFPB podem vir a contribuir para o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas nas IES e no fortalecimento e implantação de uma cultura avaliativa eficiente.

3.4 Relação entre as dimensões e seus respectivos indicadores com as potencialidades e fragilidades declaradas pelas IES em seus relatórios

Após a análise de cada eixo e consequentemente das dez dimensões de cada instituição, realinharemos as informações apresentadas para descobrir os pontos levantados como potencialidades e fragilidades. Identificamos que apenas UFPB organizou seu relatório direcionando um espaço para essas informações, demonstrando desta forma uma clareza e objetividade na síntese dos dados e informações do processo de autoavaliação.

As informações referentes a potencialidades e fragilidades foram organizadas segundo as IES, desta forma cada instituição possui um quadro com suas características:

Quadro 09 - Potencialidades e fragilidades apontadas pela Universidade Federal de Alagoas

	POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
D 1	Sem evidencias	Sem evidencias
D 2	- Implantação dos cursos à distância	- Quadro de docentes.
D 3	Sem evidencias	Sem evidencias
D 4	Sem evidencias	- Comunicação interna.
D 5	- Os professores vem buscando novas titulações.	- Alguns cursos possui falta de professores, ocasionando a contratação de professores substitutos. - Insuficiência na produção científica. - Insuficiência de técnicos administrativos para atender a expansão da instituição.
D 6	Sem evidencias	- Considera precário o funcionamento dos núcleos de Desenvolvimento Estrutural – NDE.
D 7	- Expansão da IES (aumento no nº de matrículas e cursos)	Sem evidencias
D 8	Sem evidencias	Sem evidencias
D 9	Sem evidencias	- Problemas como evasão e retenção, principalmente no curso de Física. - Não possui políticas efetivas de

		acompanhamento de egressos.
D 10	Sem evidencias	Sem evidencias

Quadro 10 - Potencialidades e fragilidades apontadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

	POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
D 1	Sem evidencias	Sem evidencias
D 2	- Expansão do ensino e nº de vagas e ofertas tanto na graduação como pós-graduação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar do aumento no nº de bolsas a IES considera ainda insuficiente para atender a alta demanda. - Maior flexibilidade acadêmica nos cursos de graduação. - A fragmentação e a tendência ao crescimento das áreas de ensino e pesquisa através da proliferação de institutos e órgãos.
D 3	- Considera-se uma das instituições mais importantes na promoção de cultura na cidade do Rio de Janeiro.	Sem evidencias
D 4	- O serviço desempenhado pela ouvidoria da UFRJ.	Sem evidencias
D 5	- Qualidade no quadro de professores e técnicos.	- A desvalorização do Estado, a desqualificação do serviço público e a perda de importância social dos servidores, promovidas nos últimos quinze anos.
D 6	Sem evidencias	Sem evidencias
D 7	- Expansão da IES e aquisição de novos equipamentos.	- É necessário um maior aumento na infraestrutura, pois a IES vem crescendo e desta forma a demanda por melhorias na infraestrutura precisa acompanhar esse crescimento.
D 8	- Realização de pesquisas de opiniões para conhecer a opinião do professores, servidores e alunos sobre os diversos setores da IES.	Sem evidencias
D 9	Sem evidencias	Sem evidencias
D 10	Sem evidencias	- Insuficiência dos recursos orçamentários destinados ao custeio e à manutenção de instalações e equipamentos

Quadro 11 - Potencialidades e fragilidades apontadas pela Universidade Federal da Paraíba

	POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
D 1	Sem evidencias	Sem evidencias
D 2	- Ampliação dos cursos, nº de matrículas, bolsas e programas de pesquisa e extensão.	- Constatamos que essas ações estão pouco visíveis para a sociedade, sendo que ainda é necessário buscar formas de melhor divulgá-las.
D 3	- Número de eventos realizados	Sem evidencias
D 4	- Aquisição de inúmeros matérias para a ampliação e renovação dos meios de comunicação.	- Desativação da ouvidoria.
D 5	- A elaboração do Plano de Capacitação dos Servidores da UFPB. - Destaca-se a nova estrutura organizacional da PROGEP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas), direcionando ações propositivas para a gestão de pessoas, beneficiando os segmentos técnico e docente.	- Na área de gestão, relacionada à necessidade de mudança de cultura organizacional que propicie um perfil de servidores mais comprometidos e pró-ativos.
D 6	- Descentralização de competências e responsabilidades, visando maior eficiência das atividades organizacionais e de gestão da UFPB.	- Melhoria da comunicação entre os setores institucionais e melhor eficiência na agilidade no rito processual.
D 7	- Ampliação das instalações físicas.	- Acervo geral e de periódicos da biblioteca. - Acesso à internet. - Acessibilidade.
D 8	- Criação do PROJETO PILOTO de Autoavaliação.	Sem evidencias
D 9	- Ampliação do nº de bolsas, de cursos, assistência moradia e atendimento do RUs.	- É necessário mais avanços e ampliações das bolsas, cursos, assistências e outros.
D 10	Sem evidencias	- O gasto no exercício 2011 da UFPB ultrapassou o orçado em 6,46% .

Fonte: Construção da autora.

Os três quadros anteriores identificam em quais dimensões são apresentados aspectos considerados como potencialidades ou fragilidades segundo cada instituição.

Observamos durante a elaboração desses dados, que as IES não são objetivas e claras quanto aos aspectos considerados fortes ou que necessitam de aperfeiçoamento.

Destacamos que as dimensões 2, 5 e 7 foram mencionadas por todas as IES apresentando aspectos positivos (potencialidades da IES) e fragilidades. Notamos uma similaridade nas informações apresentadas na segunda dimensão, pois as instituições: UFAL, UFPB e UFRJ, destacaram como potencialidades *a implantação e a expansão dos cursos e vagas*, este fato ocorre, pois ambas IES são instituições públicas e o governo federal implantou o Reuni, que viabiliza a expansão e ampliação das instituições públicas de educação superior, por meio de investimentos na estrutura física e ampliação do número de vagas e cursos oferecidos pela instituição.

Já as fragilidades foram diversas segundo o contexto institucional de cada IES, a UFAL revela problemas no quadro de docentes; a UFPB destaca a falta de visibilidade das ações pela comunidade e a UFRJ aponta a insuficiência no número de bolsas e flexibilização do currículo.

Na dimensão 5 duas instituições a UFAL e a UFRJ se destacam como potencialidades a qualificação e constante busca dos docentes por novas titulações, a UFPB apresenta as ações e órgãos que a instituição possui para assessorar os docentes. Quanto as fragilidades, as IES apresentam disparidades entre os aspectos levantados, revelado problemas relacionados a cultura organizacional (UFPB); referentes a produção científica dos docentes e falta de professores (UFAL) e um problema que transpassa os limites da instituição que é a desvalorização do serviço público (UFRJ).

Os argumentos colocados na dimensão sete como potencialidades, são os mesmos apresentados na dimensão dois, relativos a expansão e ampliação da estrutura física e vagas. Os aspectos a melhorar estão diretamente ligados a essa ampliação e expansão, sugerindo a necessidade de investimentos em áreas como: a mobilidade, acessibilidade, mais infraestrutura física, pedagógica, equipamentos e tecnológica.

Observamos que as instituições apresentam algumas similaridades em suas potencialidades, pois estas estão ligadas a ações que o próprio governo federal investe dentro das instituições públicas de educação superior, revelando que estes programas atingem todas as IES em todo o território nacional, já as fragilidades/pontos a melhorar são singulares revelando a situação e dificuldade institucional de cada IES. Infelizmente as instituições pesquisadas não apresentam ações futuras para sanar ou minimizar os problemas levantados. O quadro a seguir apresenta os diferentes aspectos ligados à fragilidades de cada IES.

Quadro 12 - Aspectos pontuados como fragilidades pelas IES.

	D 4	D 6	D 9	D10
UFAL	Comunicação interna.	Considera precário o funcionamento dos núcleos de Desenvolvimento Estrutural – NDE.	Evasão, retenção e falta de políticas de acompanhamento ao estudante.	-
UFPB	Desativação da ouvidoria.	Melhoria da comunicação entre os setores institucionais e eficiência na agilidade no ritmo processual.	Ampliação das bolsas e assistência ao estudante.	Insuficiência do recurso.
UFRJ	-	-	-	Insuficiência do recurso.

Fonte: Construção da autora.

Identificamos com essa pesquisa e ao longo da exploração dos relatórios, que as pesquisas de satisfação realizadas pelas instituições não possuem uma real relação entre os aspectos pontuados como fragilidades. Este fato revela que as instituições conhecem quais são seus reais problemas e que o mesmo encontra-se diretamente ligado à questões de gestão, planejamento e administração.

A maior parte das informações apresentadas nos relatórios refere-se às ações mais visíveis a comunidade, desta forma afirmamos que as instituições não apresentam de maneira significativa questões ligadas aos aspectos internos como: gestão, planejamento, administrativo, pedagógico e ações futuras. Esses aspectos são apenas mencionados como fragilidades, porém não são apresentadas maiores informações sobre o mesmo, não havendo menção a possíveis ações para a superação das fragilidades.

Concluimos que essa “pouca atenção” a esses aspectos e dimensões, tornam o processo de autoavaliação frágil e pouco explorado pelas IES, o que enfraquece a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. A falta dessas informações e maior clareza aos itens mencionados como fragilidades, inviabiliza o processo de reconhecimento global das ações e do universo institucional dessas universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste trabalho revela seu objetivo que é verificar a autoavaliação institucional no marco do Sinaes: um olhar sobre os relatórios de três universidades federais. O desenvolvimento deste trabalho foi estruturado sobre dois eixos centrais: as ações do Estado na educação superior e o Sinaes. Essas duas temáticas foram subdivididas em outros temas para abarcar e contextualizar a discussão central, que é a autoavaliação dentro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

A estrutura do Sinaes pressupõe e incentiva uma conduta/cultura institucional consciente e autônomo dentro do espaço acadêmico, assim como a regulamentação e fiscalização do Estado diante da educação oferecida por essas instituições de ensino. Para alcançar os objetivos traçados, o sistema possui três instrumentos diferentes, buscando desta forma visualizar a IES de maneira global e integrada, objetivando sempre a qualidade da educação, a oferta do ensino e garantia de um bem social. Este trabalho contemplou apenas a autoavaliação como um dos três instrumentos utilizados por esse sistema.

Diante dos resultados e da pesquisa, pontuamos que a autoavaliação institucional é um importante instrumento para o desenvolvimento das instituições da educação superior, pois possibilita a utilização de diferentes metodologias para a coleta de informações. Os dados coletados são fundamentais para subsidiar ações futuras almejando a constante melhoria e aperfeiçoamento das ações desenvolvidas, sendo um balizador entre os objetivos, as atuais e futuras ações.

O que identificamos dentro da proposta de autoavaliação do Sinaes, é a constante busca pelo autoconhecimento institucional e preocupação em articular duas esferas contempladas neste processo avaliativo, sendo eles: a comunidade acadêmica e a sociedade.

Notamos que essa preocupação em articular a esfera acadêmica e a sociedade, não se restringe apenas aos documentos que regularizam o Sinaes, sendo expresso também nos relatórios de maneira reincidentes em várias dimensões. Relevando a consciência institucional das IES pesquisadas: Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre sua responsabilidade social, cultural e científica no cenário Brasileiro.

Diante dos resultados encontrados na pesquisa, podemos considerar que as instituições de educação superior pesquisadas, apresentam aspectos convergentes e divergentes entre o que é apresentado nos relatórios e o esperado pelos documentos reguladores do sistema.

Com relação aos aspectos divergentes, pontuamos inicialmente a superficialidade dos dados presentes nos relatórios. Essa superficialidade e fragilidade dos dados podem ser hipoteticamente atribuída à escolha do instrumento de coleta de dados adotado pelas IES, que se resume a uma pesquisa de opinião sobre o grau de satisfação dos docentes, técnicos e estudantes.

Este fato revela outra problemática identificada durante a análise em todos os relatórios, sendo salientado pela Universidade Federal de Alagoas por meio da frase: “a cultura avaliativa ainda está longe de ser alcançada, considerando que a integração de avaliação com o planejamento ainda não está incorporado na prática”. Destacamos assim, que apesar do Sinaes ter sido implantado em 2004, os relatórios pesquisados referentes ao ano de 2011 revelam a inapropriação de uma cultura avaliativa e inadequação as exigências do Sinaes.

Outro dado encontrado e pontuado como negativo, refere-se à incompatibilidade entre a declaração que as instituições teorizam sobre o processo autoavaliativo e a prática do mesmo. As instituições declaram em seus relatórios que o processo avaliativo segue os princípios e orientações do Sinaes, atendendo as características de um processo formativo, que promova o autoconhecimento, que contemple o envolvimento dos segmentos internos e externos a IES.

Identificou-se que na prática não havia essa interação e relação com um processo formativo, não há um envolvimento completo com os segmentos, não foram destacados pelas IES ações ou reuniões para a discussão dos dados ou sensibilização da importância do processo avaliativo. Sugerindo desta forma, que as instituições não utilizam esse processo como gerador e propiciador do autoconhecimento e reflexão institucional.

Alguns aspectos foram comuns às instituições pesquisadas, como a expansão e ampliação na qual essas IES estão passando nos últimos anos decorrentes do projeto do governo federal denominado Reuni. Essas ações de expansão e ampliação das universidades selecionadas estão relacionadas a aspectos físicos, aquisição de equipamentos, número de vagas e cursos oferecidos, assim como projetos de extensão e pesquisa que atingem a comunidade externa, o número de bolsas referentes a pesquisa, extensão e assistências aos estudantes.

Podemos pontuar que a Universidade Federal da Paraíba apresentou o relatório com o maior grau de articulação e compreensão do que era esperado de um processo autoavaliativo segundo os documentos reguladores do Sinaes. Diante do exposto e das análises realizadas, pontuamos que essa diferença seja resultado da incorporação gradativa do processo avaliativo dentro da cultura institucional da UFPB, outra IES apresenta essa incorporação sendo ela a UFRJ .

Um dado positivo e comum as IES pesquisadas, é a responsabilidade social da IES com a comunidade e com o país, todas as IES revelam ações nesta dimensão. Desta forma, ações desenvolvidas pelas instituições transpassam os “muros” da universidade, as ações desenvolvidas estão ligadas à pesquisa e expressão, e abarcam diferentes áreas, como cultura, saúde, assistência jurídica, educação e cursos entre outros.

Diante do exposto e das análises realizadas concluímos que os relatórios de autoavaliação institucional produzidos pelas instituições pesquisadas, não atendem plenamente as exigências do Sinaes e que os mesmos não oferecem de maneira consolidada informações de caráter crítico sobre as ações desenvolvidas pelas IES.

Entretanto observamos que duas instituições, Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentam um relatório mais coerente. Mesmo não atingindo plenamente o esperado, revelam que as instituições estão caminhando para a incorporação do processo de autoavaliação e que estão cientes da realidade institucional na qual a IES encontra-se.

A partir dessas análises, propõe-se que as instituições dediquem um maior tempo e trabalho para a realização do processo avaliativo e de seus relatórios. Outro ponto que merece destaque, refere-se ao envolvimento e participação de todos os segmentos da instituição e que os mesmos estejam informados e conscientizados sobre a importância deste processo.

Sugerimos ainda que as instituições destinem um campo nos relatórios, para apontarem as principais ações que podem ser realizadas a médio e curto prazo, buscando o aperfeiçoamento e constante avanço na qualidade educacional e no autoconhecimento institucional. Ratificando assim a finalidade do processo de autoavaliação, que é conhecer a realidade da instituição e proporcionar informações relevantes para o desenvolvido das IES.

É importante que as instituições reconheçam a importância do aprofundamento das informações, sejam estes categorizados como potencialidades ou fragilidades. Cada instituição enfrenta um cenário diferenciado, desta forma é fundamental visualizar não

apenas os aspectos positivos e negativos, recomendamos que as instituições detalhem seus planos/ estratégias de ações para que alcancem e conheçam melhor seus objetivos e as reais dificuldades para a realização do mesmo.

REFERÊNCIAS

BONETI, L.W. A gênese das políticas públicas: princípios e determinantes. In: ____: **Políticas públicas por dentro**, Ijuí: Unijuí, 2006.p.19-66.

BORGES, Maria Creusa De Araújo. **A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina**. RBPAE – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19722/11493>. Acesso em 22 de setembro de 2014.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, no. 55, novembro/2011, p.30-41.

IVASHITA, Simone Burioli – FAFIPA; NOVAK, Maria Simone Jacomini – UEM; BERTOLLETTI, Vanessa Alves- UEM. **O ensino superior na perspectiva do banco mundial: algumas considerações**. PUCPR, 2009. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2865_2156.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2014.

LORDELO, Jose Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virginia. **Avaliação educacional : desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAUÉS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Currículo e Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.9-27.

NEVES, Clarissa Eckert Boeta. **Desafios da educação superior**. Sociologia, Porto Alegre, ano 9, nº17, jan./jun.2007, p.14-21 – Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n17/a02n17.pdf, ACESSADO: 02 de outubro de 2014.

OEI - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL. Sistema Educativo Nacional de Brasil – Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estructura.pdf> - acesso em 15 de setembro de 2014. (p.39).

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Texto publicado no livro “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas

93-99. Disponível em <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach; SILVA, Jorge Paiva da. **A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 93, n. 233, p. 215-230, jan./abr. 2012.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, sinaes, idd, cpc, igc e...outros índices**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a09v14n2.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

QUEIROZ, Kelli Consulêlo Almeida de Lima. **Eu avalio, tu avalias, nós nos autoavaliemos?** Uma experiência proposta pelo SINAES. São Paulo: Autores Associados, 2011, p. 65-83. (Coleção Políticas Públicas de Educação. Organização: Célio da Cunha, José Vieira de Sousa e Maria Abádia da Silva).

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poíesis Pedagógica – v.8, n.2 ago/dez. 2010; p. 4-17. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/140358876, ACESSADO: 02 de novembro de 2014.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. **Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, jan./mar. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a04v1762.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2014.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2014.

SOUSA, José Vieira de. Teoria política: relação Estado e educação. In: ____: Estado e teoria política. **Vereadas** – Projeto de Formação de Professores em nível superior. Belo Horizonte: SEMG, 2007, vol.2.

STAUFFER, Anakeile de Barros. Políticas Públicas e Educação Superior: uma breve discussão. *SME/EEE- Duque de Caxias (RJ) Doutoranda em Educação PUC-RJ Professora Contratada UERJ. – Disponível em: <http://www.uninove.br/PublishingImages/Mestrados%20e%20Doutorados/edu/I%20seminario/MPE%204.pdf>, ACESSADO: 16 de setembro de 2014.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros; MENEGHEL, Stela Maria; ROBL, Fabiane; BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos; SOUSA, José Vieira de. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-ldb/96 – desafios para a avaliação.** Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 81-99, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/15029/9317>. Acesso em 02 de novembro de 2014.

TENÓRIO, Robison Moreira e ANDRADE, Maria Antonia Brandão. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. **Avaliação educacional desatando e reatando nós**, CNPq, Salvador, 2009, p. 31-56.

Documentos Públicos

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de out. 1988.

_____. CONAES. **Diretrizes para a auto-avaliação das instituições.** Disponível em <https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2013/ago/proavi-diretrizes-autoavaliacao-conaes-ago-2004.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

_____. Decreto nº 5.773, de 6 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, 6 de maio de 2006.

_____. INEP. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: **Da Concepção à Regulamentação**. 2ª edição. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

_____. INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. INEP, 2004. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2014.

_____. INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Nota técnica nº14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC**. Brasília, 7 de fev. 2014. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n14_2014.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 DE ABRIL DE 2004.

_____. PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004 Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, 9 DE JULHO DE 2004.

_____. SINAES. **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, agosto de 2003. Disponível em <http://w3.ufsm.br/cesnors/images/adminPublica/sinaes.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2014.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Confesso que ao entrar no curso de Pedagogia não possuía muitas perspectivas profissionais na área de educação, mesmo sabendo que o mercado de trabalho absorve muitos recém-graduados. Essa concepção mudou e caso necessário assumirei a profissão de docentes seja em escolas públicas ou particulares.

A minha prioridade não é exercer a profissão de docente a princípio, pois o meu desejo é seguir a carreira de servidor público, preferencialmente na área militar, desta forma dedicarei algum tempo aos estudos para concurso. Como sempre estive ligada ao esporte, gostaria de tentar iniciar a graduação em Educação Física no ano de 2015, como aluna portadora de diploma na Universidade de Brasília.

Apesar do desejo em curso outra graduação, não desconsidero a hipótese de tentar o mestrado na área de política pública educacional, pois de fato descobri que esta área é muito abrangente e que necessita de constantes pesquisas.

Concluo as perspectivas profissionais com um pequeno texto de minha autoria:

“Pensar no futuro é como prolongar a vida, a mais alguns dias e de alguma forma degustar de alegrias antecipadamente.

Neste momento realizamos planos que não sabemos se ganharão o campo da realidade, mas que diante das oportunidades encontradas poderão ser concretizados”.

APÊNDICES

**1. SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES COLETADOS NOS RELATÓRIOS
DAS IES SELECIONADAS, AGRUPADOS SEGUNDO OS 5 EIXOS
DEFINIDOS PELA NOTA TÉCNICA Nº 14/2014**

Eixo 1 – Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
<p align="center">DIMENSÃO 8</p> <p>Segundo a IES, sua cultura avaliativa ainda está longe de ser alcançada, considerando que a integração de avaliação com o planejamento ainda não está incorporado na prática.</p>	<p align="center">DIMENSÃO 8</p> <p>Na dimensão sobre Planejamento e Avaliação a IES revela ser uma instituição que possui um PDI bem elaborado e constantemente revisitados pelos gestões. Expressa que a UFPB em seu PDI realiza uma análise da situação atual de suas unidades acadêmico-administrativa visando à projeção daquilo que a instituição quer e pode ser no futuro. Identificando os aspectos fortes ou vantagens, os facilitadores do desenvolvimento institucional e os pontos fracos, as fragilidades e debilidades. À luz dessa contextualização é possível definir as ações necessárias para que haja a melhoria dos pontos identificados e para que essas ações estejam em conformidade com a missão e objetivos que UFPB possui para o seu futuro.</p> <p>As ações de planejamento perpassa por reuniões dos Conselhos Departamentais, dos colegiados de cursos de graduação e pós-graduação, dos conselhos de centro, da comissão técnica e administrativa e outros como a PROPLAN.</p> <p>Uma ação realizada dentro da instituição com a visão de fortalecer e implantar uma</p>	<p align="center">DIMENSÃO 8</p> <p>Nesta dimensão a IES realizou uma série de pesquisas de opinião, essas pesquisas forma referentes ao: RU, coleta seletiva implanta na UFRJ, transporte, o sistema de cotas, as opções de alimentação utilizadas pelos membros da IES e outros.</p> <p>A IES afirma uma constante busca pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, e desta forma esclarece que suas ações são realizadas a partir de alguns levantamentos, como : da autoavaliação interna, as diretrizes traçadas pelo MEC, diretrizes de seus colegiados superiores e de cursos.</p> <p>Evidência que suas ações para promover melhorias na instituição decorrem desses processos e da autoavaliação, assim como algumas pesquisas de opiniões que são realizadas sempre que necessário.</p> <p>A instituição possui um Comitê do Plano Diretor que reúne uma série de informações sobre as atividades, interesses, necessidades e anseios da comunidade universitária e da comunidade externa também. Atualmente esta em andamento uma pesquisa que busca saber se a comunidade acadêmica gostaria de uma</p>

	<p>cultura de autoavaliação institucional, foi criado o Projeto Piloto de Autoavaliação sendo aplicado aos docentes e discentes para avaliar as dimensões de recursos humanos, organização didático-pedagógica, infraestrutura e organização institucional. É aplicado um questionário e a ideia é após a aplicação e coleta dos resultados sejam desenvolvidos e feitos seminários que possibilitem a discussão de tais dados e sua incorporação nos planejamentos futuros para que a IES esteja sempre integrada as percepções dos docentes e discentes e assim desenvolvam constantemente melhorias. Esse projeto ainda não foi completamente implantado pois esta em fase de testes e aperfeiçoamento.</p>	<p>universidade contemporânea.</p>
--	--	------------------------------------

Eixo 2 – Dimensão 3: Responsabilidade Social

Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
<p>DIMENSÃO 3</p> <p>A IES desenvolve uma Política de Ações afirmativas que se divide em quatro linhas de trabalho, sendo elas: sistema de cotas, Política de Acesso e Permanência, Políticas Curriculares e Formação de Professores e as Políticas de Produção de Produção de Conhecimento e Avaliação dos Programas Afro-Atitude e Ode Ayê. A IES preocupa-se não só com a facilitação do ingresso, como também na permanência, porém há necessidade de se ampliar o número de alunos contemplados com os benefícios.</p>	<p>DIMENSÃO 3</p> <p>No âmbito da responsabilidade social a IES desenvolve e executa projetos de pesquisa e extensão, voltados para a busca de soluções para os problemas e entraves ao desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população. É expresso uma preocupação para se alcançar aqueles segmentos da sociedade que foram historicamente relegados, como os idosos, negros, índios, crianças e portadores de necessidades especiais.</p> <p>A UFPB possui um Núcleo de Estudos da Terceira Idade e Núcleo de Teatro Universitário que desenvolve atividades voltadas ao bem estar físico e emocional, além de um curso de capacitação dado para cuidadores de idosos.</p> <p>Possui outros programas como o projeto PROBEX; teia do saber; projeto Escola que Protege UFPB; implantação da Unidade de Reciclagem; projeto de recuperação da produtividade da cooperativa dos Floricultores do Estado do Paraíba; programa de formação continuada em mídias na Educação.</p> <p>Além dessas ações descritas nessa dimensão, podemos pontuar outras ações descritas na dimensão 2 que é o curso técnico-profissional e a escola de Educação Básica que a IES possui. A instituição tem trabalhado para tornar a universidade mais acessível</p>	<p>DIMENSÃO 3</p> <p>As atividades de responsabilidade social da IES estão diretamente vinculadas as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas na universidade.</p> <p>A IES possui um programa denominado de Programa de Inclusão Social, esse projeto que busca contribuir para a concretização dos direitos humanos junto a população historicamente desfavorecidas. Tem ainda como prioridade a realização de projetos na área do acesso à justiça em seu sentido mais amplo, à escolarização básica de jovens e adultos, à qualificação técnica, em todas as faixas etárias, na área de informática e em pesquisa no campo da musicologia.</p> <p>A instituição oferece pequenos cursos para a população de movimentos sociais como: MAB, MST e MTST, são cursos para os trabalhos rurais e sem terra.</p> <p>Possui programas direcionados para a divulgação da ciência da cultura e da arte, essas iniciativas buscam a difusão cultural, artística e científica da UFRJ. A instituição é responsável por parte significativa do patrimônio histórico edificado da cidade do Rio de Janeiro, a UFRJ possui um importante complexo cultural composto por 12 conjuntos arquitetônicos e conta com 5 museus da universidade.</p> <p>Além dessas projetos há o Observatório do Valongo, inaugurado em 1968. Possui</p>

	<p>aos portadores de necessidades especiais, não apenas na parte física mais na qualificação de profissionais para atender as exigências desse público.</p> <p>É pontuado que as ações desenvolvidas pela IES é de grande importância para a comunidade e sociedade da Paraíba, sendo que há uma procura por essas ações por meio da comunidade, atingindo assim a população.</p>	<p>um acervo iconográfico, bibliográfico e instrumental aberto à para visitação pública com uma coleção que conta com cerca de 200 objetos de astronomia, ainda possui o projeto Astros à serviço da Ciência oferece sessões do Planetário Inflável. Possui projetos relacionados a música e teatro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orquestra Sinfônica da UFRJ; - Coral Infantil da UFRJ; - Coral Brasil; - Companhia Folclórica – UFRJ e a Companhia de Dança – UFRJ; - Mostra de Teatro.
--	---	---

Eixo 3 – Dimensão 2 (Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão), Dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade) e Dimensão 9 (Políticas de atendimentos ao Estudantes)

Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
<p align="center">DIMENSÃO 2</p> <p>Esta dimensão foi descrita de forma limitada e pouco expositiva, São apresentadas 16 variáveis em forma de gráfico. Os aspectos avaliados foram agrupados entre CDO - docentes (6 variáveis), CDI - discentes (7 variáveis) e egressos (3 variáveis). Eles realizam a análise com base nos resultados quanto as atividades de EPEX. As variáveis apresentadas não abordam e nem aprofundam uma análise do que se é esperado na dimensão 2. A reflexão ao final de cada grupo de variáveis ressalta o item mais positivo e o mais negativo, porém não apresenta nenhum tipo de meta ou ação a fim de melhorar os resultados.</p> <p align="center">DIMENSÃO 4</p> <p>Quanto a comunicação interna há fragilidade e mesmo com o esforço em superar este problema os resultados ainda não são satisfatórios. No âmbito da comunicação com a sociedade, a instituição ainda considera os resultados da auto avaliação, neste quesito, insatisfatória. A IES mantém um site, que segundo eles é um ponto forte em comunicação com a sociedade.</p> <p align="center">DIMENSÃO 9</p> <p>A instituição declara que a avaliação dos discentes é satisfatória, mas não descreve os pontos positivos,</p>	<p align="center">DIMENSÃO 2</p> <p>Políticas de ensino: a IES apresenta em sua estrutura uma particularidade, pois além dos cursos e unidades vinculas a educação superior e a pós-graduação, ela possui duas escolas profissionalizantes (Escola Técnica de Saúde- ETS e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN) e conta com uma Escola de Educação Básica (possui educação infantil e fundamental, a escola é destinada tanto a comunidade interna como externa).</p> <p>O principal objetivo da IES nas políticas de ensino se concentram na:</p> <ul style="list-style-type: none"> - implantação de novos cursos; - ampliação no número de vagas seja para graduação, educação à distância, pós-graduação (lato ou strito senso), nos ensinios técnico-profissional e educação básica; - aumento no número de vagas dos programas existentes para os alunos, como monitoria, PIBID, PET, PRODOCÊNCIA e PROLICEN; - diminuição do índice de evasão e retenção na graduação; - aquisição de novos equipamentos por meio do incentivo a grupos de pesquisa; <p>O principal desafio encontrasse na distribuição de</p>	<p align="center">DIMENSÃO 2</p> <p>Expansão significativa quanto ao número e a diversidade dos seus cursos de graduação e pós-graduação, consequentemente, ampliando o número de vagas ofertadas nos seus concursos de acesso. A UFRJ também abriu vários cursos novos, alguns deles, de caráter multidisciplinar superando a fragmentação histórica que nos é característica.</p> <p>O Núcleo de Ensino a Distância da UFRJ (NEaD - UFRJ) está sendo estruturado para oferecer a todos os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro apoio para realização de atividades a distância em suas disciplinas presenciais.</p> <p>Já foi desenvolvido para uso pelos professores, o módulo para criação de páginas virtuais para todas as disciplinas de cursos da UFRJ, abertas no semestre, como complemento das atividades presenciais.</p> <p>As “salas do futuro” foi a forma escolhida para, rompendo com a disposição física de uma sala de aula tradicional, não só permitir, mas incentivar que o espaço de ensino possa se adaptar a várias e inovadoras metodologias.</p> <p>Como forma de incentivar e garantir a permanência e dedicação dos alunos que ingressam via ação afirmativa, a UFRJ implantou programas de concessão de bolsas de auxílio, permanência, moradia,</p>

<p>apenas aponta percentuais em gráficos.</p> <p>Foi observado a crescente participação dos alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Embora a demanda por bolsas venha crescendo, porém a instituição ainda não possui condições de atender a todos. Os problemas como a evasão e a retenção estão persistindo, principalmente no curso de Física, mas neste caso, não há como tentar reverter a situação em prol de um índice mais elevado de concluintes. A universidade ainda não desenvolve política de atenção aos egressos, mas ações isoladas estão presentes em alguns cursos.</p>	<p>professores doutores que ainda se encontram desvinculados a programas de pós-graduação ou a grupos de pesquisa, apesar da sua qualificação para assumir tais funções. A IES busca realizar ações de incentivos para que estes profissionais assumam esses lugares, porém não revela quais serão as ações.</p> <p>Política de pesquisa: na área de pesquisa a IES busca ampliar o número de grupos e projetos além da produção acadêmico-científica da UFPB; incentivar e apoiar à produção acadêmica; aumento no número de alunos e professores dentro da pesquisa. As ações nesse campo tem demonstrado uma ascensão de acordo com o relatório e com os objetivos propostos pela IES, a frequente e constante busca por incentivar e aumentar os números de docentes e discentes engajados com as atividades desenvolvidos pela IES é notória no decorrer do relatório.</p> <p>Política de extensão: assim como a pesquisa, a extensão vem desenvolvendo e incentivando novas formas para que os docentes e discentes desenvolvam atividades nessa área, porém na extensão há uma busca pela integração da UFPB com a comunidade externa, essa integração viabilizada a interlocução entre as ações da IES, a sua missão e a responsabilidade social. Apesar dessa constante articulação entre a instituição e a comunidade, a IES aponta que suas ações ainda estão pouco visíveis a sociedade e desta forma busca melhores formas para efetivar a comunicação e interação com</p>	<p>auxílio transporte que, em conjunto, com outras de caráter acadêmico, como as de iniciação científica, iniciação tecnológica, monitoria, apoio aos laboratórios de informática, iniciação artística e cultural, desenvolvimento institucional.</p> <p>O desenvolvimento preliminar de incrementos no sistema de gestão acadêmica de modo a facilitar o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento acadêmico dos alunos também vem sendo realizado. Este acompanhamento realizado através de orientações acadêmicas é fundamental como forma de combate a retenção e evasão.</p> <p>A UFRJ desenvolve uma política consistente de ocupação de vagas ociosas. Possui ainda política de intercâmbio e mobilidades. O primeiro foi o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX e o outro o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 4</p> <p>A UFRJ possui uma coordenadoria de Comunicação Social (CoordCOM), atuando como mecanismo comunicacional integrador da universidade com as suas unidades acadêmicas e com a sociedade em geral. A CoordCOM, busca investir na aproximação do cidadão comum ao cientista ou pesquisador.</p> <p>A IES possui os seguintes programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - UFRJ Plural uma tipo de boletim que tem o intuito de dar maior visibilidade à produção acadêmica – ensino, pesquisa e extensão –, dirigido para professores, alunos, funcionários e público em geral;
---	---	--

	<p>a comunidade local.</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 4</p> <p>A UFPB prioriza a comunicação e a transparência de suas ações na área de gestão administrativa, tanto ao público interno como externo a instituição. A comunicação da instituição com a sociedade ganhou maior atenção, pois houve a mobilização de investimentos para esse setor, possibilitando a aquisição de equipamentos, contratação de pessoal e articulação desse setor com os alunos de comunicação.</p> <p>A IES conta com diversos meios de comunicação e interação tanto com a comunidade interna como externa, possui um sistema de TV UFPB (um canal aberto que esta em processo de mudança para a instalar o programa de TV digital); um pólo multimídia e um portal (há a divulgação do orçamento da IES a comunidade interna e externar neste portal, assim como a inserção da instituição nas redes sociais além do seu site); Revista da UFPB (conta ainda com a Editora Universitária) e Sistema de Rádio (esse sistema atinge a comunidade externa e proporciona a articulação entre teoria e prática aos estudantes de comunicação).</p> <p>Foi apontado como insuficiente e que merece atenção a Ouvidoria da UFPB, pois esteve desativada e a IES julga ser de fundamental importância a sua reativação e a volta de suas ações para que a instituição possa melhorar e manter ampliado as possibilidades de comunicação com a sociedade interna e externa. Outro ponto levando no relatoria é</p>	<p>- WebTV busca meios capazes de transparecer, promover e difundir, para os públicos interno e externo, suas atividades e interações institucionais e acadêmicas;</p> <p>- Bancos de Imagens um site que possui imagens sobre a UFRJ;</p> <p>- Ouvidoria-Geral vem desenvolvendo um trabalho para a capacitação dos funcionários para atuarem com mais direcionamento as questões na qual são diariamente defrontados.</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 9</p> <p>A IES apresenta inúmeros programas para assistência as estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</p> <p>Para atender a essas necessidades foi criada a Superintendência Geral de Políticas Estudantis – SuperEst, esse órgão tem por missão constituir-se numa estrutura pedagógico-administrativa voltada ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos programas e ações direcionados à comunidade discente, visando à disponibilização de condições adequadas para acesso, permanência, para o bem-viver na universidade, bom aproveitamento, aprendizado e excelência acadêmica.</p> <p>Os programas de assistência compreendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - bolsa auxílio; - bolsa moradia estudantil e residências estudantil; - bolsa de acesso e permanência; - auxílio transporte; <p>Existe programas destinados a promoção da qualidade de vida do estudante no seu ambiente acadêmico,</p>
--	---	--

	<p>a necessidade de qualificar os profissionais mais antigos sobre os novos equipamentos adquiridos com a intensão de otimizar o trabalho com as novas mídias garantindo a qualidade da comunicação e utilização dos equipamentos.</p> <p>DIMENSÃO 9</p> <p>A assistência estudantil é uma das prioridades da instituição, segundo o seu relatório. Diante esta realidade foi criada uma Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante- PRAPE, o objetivo da instituição permanece na ampliação da infraestrutura oferecida aos estudantes, neste caso, nas residências, restaurantes universitários, questões de assistência a saúde, ao desempenho acadêmico e outros. A IES possui o Hospital Universitário Lauro Wanderley que atende aos estudantes que participam de programas de assistência estudantil, assim como há uma parceria com o SUS para atender esses estudantes, há um programa de Prevenção e Tratamento de Drogas e outras assistências como moradia e a mobília das residências universitárias.</p> <p>Outras medidas para a assistência tem sido a ampliação das políticas de bolsas de pesquisa, extensão, de monitoria e de estágios.</p>	<p>programas de assistência a saúde dos estudantes, assistência a estudantes com necessidades especiais e estudantes com envolvimento com drogas ou álcool. Houve a aquisição de novos equipamentos pedagógicos para atender aos estudantes com necessidades educacionais especiais, porém apesar dos avanços ainda existem muitas carências.</p>
--	--	---

Eixo 4 – Dimensão 5 (Política de pessoal, plano de carreira profissional), Dimensão 6 (Organização e gestão da instituição) e Dimensão 10 (Sustentabilidade financeira)

Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
<p align="center">DIMENSÃO 5</p> <p>Houve incentivo da IES para que buscasse titulação, e atualmente eles contam com um número suficiente para manter os cursos de graduação. Apesar do incentivo a produção científica, observa-se que esta ainda é insuficiente e menor ao exigido pela Capes.</p> <p>O quadro de servidores docentes e técnicos-administrativo da UFAL é proporcionalmente menor, foi observado o problema do aumento da demanda, o que acabou gerando sobrecarga de trabalho. A PROGEPI desenvolve um Programa de Inserção de Servidor – (PINS) voltado para Docentes e Técnicos.</p> <p>Quadro docente atingiu a 53% de doutores e 36% de mestres.</p> <p align="center">DIMENSÃO 6</p> <p>A Instituição conta com Conselho próprio além dos CDC, somando-se ao trabalho do NDE, que todavia ainda realiza um trabalho precário, mas que há expectativa de ser melhorado, porém a instituição prevê para 2013 a capacitação dos componentes do núcleo.</p> <p align="center">DIMENSÃO 10</p> <p>A fonte de sustentabilidade financeira deriva da administração central e provem de outras fontes como os financiamentos de agências oficiais ou não, como investimento em pesquisa e demais atividades acadêmicas,</p>	<p align="center">DIMENSÃO 5</p> <p>No próprio PDI da IES são apresentados quadros com uma estimativa da quantidade de docentes e técnicos-administrativos a serem contratados anualmente, assim como projetos e atividades de qualificação profissional dos mesmos.</p> <p>A UFPB, possui um quadro de docentes com pouco mais de 87% com dedicação exclusiva, aproximada 8% com 40h e 5% com 20h.</p> <p>A instituição conta no seu quadro de docentes com 2142 profissionais sendo que 1290 destes possuem doutorado, 717 mestrado, 88 especialização e 47 graduação. A IES busca continuar reduzindo o número de docentes com graduação e especialização, revela estar alcançando bons resultados nessa redução ao longo dos anos.</p> <p>O número de técnicos-administrativos na instituição contabiliza 3.639, a instituição investe em Ações de Educação Formal para os servidores do quadro administrativo, onde esse projeto busca elevar e ampliar o nível educacional de seus servidores incentivando que haja a continuação dos estudos (graduação, especialização, mestrado e doutorado). As ações dessa educação formal são oferecidas pela PROGEPI, na própria instituição, os cursos são ministrados na</p>	<p align="center">DIMENSÃO 5</p> <p>No próprio PDI da IES são apresentados quadros com uma estimativa da quantidade de docentes e técnicos-administrativos a serem contratados anualmente, assim como projetos e atividades de qualificação profissional dos mesmos.</p> <p>A UFPB, possui um quadro de docentes com pouco mais de 87% com dedicação exclusiva, aproximada 8% com 40h e 5% com 20h.</p> <p>A instituição conta no seu quadro de docentes com 2142 profissionais sendo que 1290 destes possuem doutorado, 717 mestrado, 88 especialização e 47 graduação. A IES busca continuar reduzindo o número de docentes com graduação e especialização, revela estar alcançando bons resultados nessa redução ao longo dos anos.</p> <p>O número de técnicos-administrativos na instituição contabiliza 3.639, a instituição investe em Ações de Educação Formal para os servidores do quadro administrativo, onde esse projeto busca elevar e ampliar o nível educacional de seus servidores incentivando que haja a continuação dos estudos (graduação, especialização, mestrado e doutorado). As ações dessa educação formal são oferecidas pela PROGEPI, na própria instituição, os cursos são ministrados na</p>

<p>destinadas principalmente a grupos de pesquisa. Foi observado que o quadro de expansão tem elevado o custeio dos serviços terceirizados.</p> <p>Possui um desequilíbrio financeiro atualmente. Foi elaborado uma política de racionamento de gastos na IES para ajudar a equilibrar as finanças .</p>	<p>modalidade a distancia.</p> <p>Os docentes possuem um projeto destinado exclusivamente para a melhor capacitação e para a melhor utilização dos recursos de mídia nas atividades pedagógicas a PROGEP, oferece cursos dessa natureza aos docentes interessados na utilização de tecnologia como recurso pedagógico.</p> <p>No que se refere a saúde dos profissionais desta IES, há o programa de Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS. Esse programa desenvolve diversas atividades deste atendimentos médicos até a busca por identificar as principais causas de afastamentos dentro da instituição.</p> <p>Um ponto que ainda merece cuidado expressando assim uma fragilidade apontada é a necessidade de mudança na cultura organizacional, pois acreditasse que é possível desenvolver um perfil de servidores mais comprometidos e pró-ativos dentro da IES.</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 6</p> <p>Na área da gestão, a IES pontua a necessidade de realizar transformações estruturais, organizações e gerenciais no sentido de promover a sustentabilidade do seu atual ciclo de expansão. Há uma proposta de realizar um plano horizontal de gestão dentro da instituição, segundo o qual os programas e projetos da instituição são acompanhados através de câmaras programáticas e comitês gestores, evitando a verticalização excessiva da gestão.</p>	<p>modalidade a distancia.</p> <p>Os docentes possuem um projeto destinado exclusivamente para a melhor capacitação e para a melhor utilização dos recursos de mídia nas atividades pedagógicas a PROGEP, oferece cursos dessa natureza aos docentes interessados na utilização de tecnologia como recurso pedagógico.</p> <p>No que se refere a saúde dos profissionais desta IES, há o programa de Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS. Esse programa desenvolve diversas atividades deste atendimentos médicos até a busca por identificar as principais causas de afastamentos dentro da instituição.</p> <p>Um ponto que ainda merece cuidado expressando assim uma fragilidade apontada é a necessidade de mudança na cultura organizacional, pois acreditasse que é possível desenvolver um perfil de servidores mais comprometidos e pró-ativos dentro da IES.</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 6</p> <p>A estrutura organizacional da UFRJ é o resultado de seus processos constitutivos e, em particular, da forma como resistiu e se ajustou às reformas impostas pela ditadura militar, a partir de 1964. A intenção da reforma era modernizar as estruturas acadêmicas, através dos conceitos de departamento e de centro universitário. A UFRJ adotou a nova nomenclatura, mas preservou sua estrutura original de escolas e faculdades independentes entre si, o que gerou com isso excesso de</p>
--	--	---

	<p>A UFPB propõe a descentralização de competências e responsabilidades, incentivando a ampliação da autonomia financeira das unidades acadêmico-administrativas e no estímulo à criação de novos centros, de departamentos e/ou coordenações, visando maior eficiência das atividades organizacionais e de gestão. Apesar da busca na realização da descentralização e promoção da articulação e autonomia entre as instâncias, a IES afirma a existência de uma melhoria na comunicação entre setores e agilidade nos processos. As ações que a IES visa esta diretamente ligada a expansão de pessoal docente do quadro permanente de pessoal, capacitação dos servidores, a implantação de novos sistemas de informação por meio da parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, criação da página da PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças) para a divulgação do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 10</p> <p>Por ser uma instituição pública a IES é vinculada ao Ministério da Educação, desta forma recebe recursos públicos. A sua sustentabilidade depende da sua expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, no mínimo, igual à média do sistema federal de educação superior. Desde 2009 houve a separação das despesas entre a IES e o Hospital Universitário de acordo com a portaria</p>	<p>procedimentos administrativos, superposição de funções e duplicação de meios.</p> <p>Desta forma encontrasse organizada em :</p> <p>ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Universitário, instância deliberativa máxima, que exerce a jurisdição superior da Universidade; - Conselho Superior de Coordenação Executiva, formado pelos pró-reitores e decanos dos centros universitários, cuja função é coordenar a estrutura superior da Universidade; - Conselho de Curadores, com competência sobre assuntos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial; - Conselho de Ensino de Graduação, com atribuições de planejamento e deliberação no campo do ensino de graduação; - Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, com atribuições de planejamento e deliberação no campo do ensino de pós-graduação e da pesquisa. <p>ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR: compreende a Reitoria;</p> <p>ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ACADÊMICA: compreendem as faculdades, escolas e os institutos, destinando-se as duas primeiras à formação profissional, à pesquisa e a extensão, e os últimos, à pesquisa básica, à extensão e ao ensino em uma área fundamental do conhecimento.</p> <p style="text-align: center;">DIMENSÃO 10</p> <p>A IES não informa os seus gastos e não faz referências a</p>
--	---	---

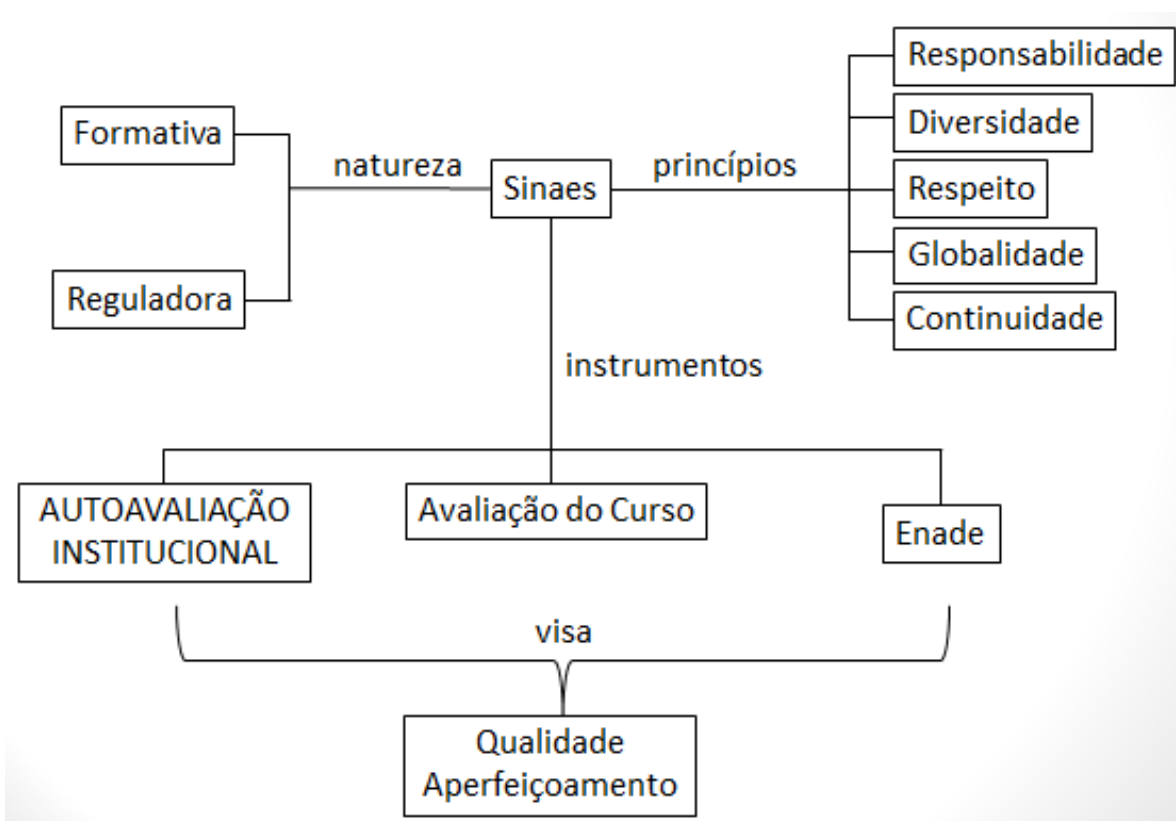
	<p>nº4/2006.</p> <p>Segundo o relatório os gastos da IES ultrapassam o orçamento em aproximadamente 6,46% . A instituição evidencia que uma das causas desses gastos esta relacionado a necessidade de ampliar o acervo da biblioteca e da expansão física que a UFPB esta realizando.</p>	<p>situação financeira em que a instituição se encontra. É apresentado apenas a importância da adesão ao programa REUNI, para o orçamento da IES e para a expansão da estrutura física, número de vagas e consequentemente nos recursos financeiros para manutenção e expansão.</p>
--	--	---

Eixo 5 – Dimensão 7 (Infraestrutura):

Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
<p align="center">DIMENSÃO 7</p> <p>Está sendo investido em espaços físicos, sala de aula, laboratório e equipamentos, para atender ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão.</p> <p>Desde 2007, com a adesão ao REUNI, a UFAL vem passando por um processo acelerado de crescimento em termos de quantitativo de matrículas, docentes, técnicos e infra-estrutura física. Nem por isso, as UA e/ou UE consideram satisfatórias as condições oferecidas em relação ao número de docentes e servidores e, principalmente, à infra-estrutura.</p> <p>Os concursos públicos realizados nos últimos anos para docentes e técnicos administrativos tem sido insuficientes para sanar o déficit detectado pelos colegiados de cursos. Para os docentes há a possibilidade de atendimento precarizado com a contratação de professores substitutos, mas em relação aos técnicos, a solução tem sido a alocação de alunos bolsistas.</p>	<p align="center">DIMENSÃO 7</p> <p>A IES não apresenta um quadro ou lista sobre a quantidade de salas, laboratórios, secretarias, hospitais, RUs, bibliotecas, área construída e outros. É expresso que a instituição possui uma estrutura multicampi possuindo 4 unidades (João Pessoa – 99cursos; Areia - 5 cursos; Bananeiras – 5 cursos e Mamanguape e Rio Tinto – 12cursos) possui ainda 27 polos para cursos a distância presentes em algumas cidades.</p> <p>A instituição vem desenvolvendo ações que visualizam a expansão, ampliação e construção de novas salas, laboratórios, setores administrativos, acervo bibliográfico, mobiliário, condições urbanísticas, acessibilidade e outros. Segundo o relatório, essas ações têm suporte no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) essas ações foram previstas no PDI que a instituição elaborou.</p> <p>Os aspectos mais relevantes sobre a infraestrutura da IES, compreende a ampliação e expansão que a instituição vem buscando tanto físico como acadêmico e ponto mais delicado refere-se ao acervo geral e de períodos das bibliotecas tanto a central como as setoriais, apesar dos avanços e das novas aquisições de livros e a aquisição e acesso à base de</p>	<p align="center">DIMENSÃO 7</p> <p>O patrimônio imobiliário da instituição é grande, compreende vários prédios e terrenos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro, os principais e mais importantes imóveis localizam na Ilha do Fundão e na Praia Vermelha, a área total supera os 7 milhões de metros quadrados.</p> <p>A infraestrutura física da UFRJ é coerente com a necessidade de consolidar e ampliar seus Cursos.</p> <p>A UFRJ possui mais de 800 salas de aula e perto de 900 laboratórios, para atender as demandas de ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação, dispõe ainda de equipamentos esportivos, teatro e anfiteatros (86 no total).</p> <p>BIBLIOTECA: a biblioteca possui constantemente novas aquisições, enriquecem seus acervos bibliográficos, atendendo às crescentes necessidades de informação das áreas de graduação, pós-graduação e extensão. As bibliotecas da UFRJ são públicas e muito visitadas pela comunidade da UFRJ, assim como pela sociedade em geral, números de consultas por ano fica em torno de 900.000 a um milhão.</p> <p>CURSOS À DISTÂNCIA: Os cursos à distância contam com o apoio administrativo e acadêmico das Unidades, oferecendo aos alunos atendimento de dúvidas à distância, acompanhamento e orientação acadêmica. Os Polos Regionais servem como referência física aos alunos,</p>

	<p>dados de livros eletrônicos possibilitadas pelo programa Ebrary, a IES ainda considera um ponto fraco onde vem desenvolvendo ações para sanar e tornar essa fragilidade em potencialidade da UFPB.</p> <p>A acessibilidade para pessoas com necessidades especiais ainda se encontra em desenvolvimento e realização de novas ações para de fato a IES se encontrar perfeitamente acessível aos diversas necessidades.</p>	<p>oferecendo infraestrutura de atendimento e estudo com: salas de estudo; microcomputadores conectados à internet, com multimídia e videoconferências; supervisão acadêmica por especialistas nas áreas e laboratórios.</p> <p>INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: A IES declara que a infraestrutura relacionada a tecnologia da informação está á altura de suas demandas. Está em fase de conclusão um projeto que irá elevar a velocidade da rede interna de internet de 1 Gbps para 10 Gbps.</p>
--	---	---

2. MAPA CONCEITUAL: ESPECIFICIDADES DO SINAES



ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)
Diretoria de Avaliação de Educação Superior (DAES)
Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições
de Ensino Superior (CGACGIES)

Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC

Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

1. Introdução

A presente Nota Técnica tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os Indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado no D.O.U, de 4 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, no âmbito das instâncias que compõem o processo de avaliação do SINAES.

2. Do processo de revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa

2.1 O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), coordenou no ano de 2012 a revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa utilizado na avaliação *in loco* realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

2.2 Para tanto, foi criada uma Comissão para a Revisão dos Instrumentos de Avaliação Institucional vigentes, nomeada pela Portaria nº 224, de 28 de junho de 2012, com representantes de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas, da DAES, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), da CONAES e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

2.3 Após a elaboração da proposta de revisão, em 25 de fevereiro de 2013, foi publicado, no site do Inep, a Nota Técnica Nº 08, com a finalidade de disponibilizar o documento para apreciação pública e envio das sugestões, em formato eletrônico e formulário próprio.

2.4 A revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa ocorreu em observância ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institucionaliza o SINAES; ao Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que

define como competência do INEP elaborar os instrumentos de avaliação, e à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010, que atribui à DAES/INEP as decisões sobre os procedimentos de avaliação.

2.5 A reformulação propôs uma padronização dos instrumentos que subsidiam os processos de credenciamento e recredenciamento de IES e, ainda, a transformação da organização acadêmica, nos casos pertinentes. Foram utilizados como referência as dimensões, os indicadores e os respectivos critérios de análise, conforme o artigo 3º, §3º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em aplicações de conceito em escala crescente de 1 a 5. Os instrumentos analisados foram:

- a) Instrumento de Avaliação Institucional Externa para Recredenciamento de Instituição de Educação Superior
- b) Instrumento de Avaliação para Credenciamento de Instituição de Educação Superior .

2.6 A construção da proposta pautou-se no respeito à diversidade institucional, à identidade das IES, aos princípios e diretrizes do Sinaes e suas finalidades e à qualidade da educação superior, resultando na seguinte matriz: Instrumento de Avaliação Institucional Externa que subsidia os Atos de Credenciamento e de Recredenciamento Presencial das Instituições de Educação Superior. Esse instrumento subsidiará também a avaliação para transformação de organização acadêmica.

2.7 Dessa forma organizou-se um instrumento matricial com cinco eixos, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei nº 10.861). O agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Os eixos ficam assim dispostos:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

2.8 A ênfase nas atividades acadêmico-administrativas decorrentes da autoavaliação, associadas à avaliação externa, consta deste instrumento

matricial, sobretudo no eixo 1, a fim de ressaltar a importância do trabalho das CPA e os outros processos avaliativos que devem compor o relato institucional. Nesta perspectiva, as ações originadas da avaliação interna e as de avaliação externa visam à execução do PDI e à sua atualização ou reformulação.

2.9 O Relato Institucional é considerado uma inovação no Instrumento de Avaliação Institucional Externa que passa a ser avaliado no eixo 1 (Planejamento e Avaliação). Nele deverá conter um relato avaliativo do PDI e, especialmente, uma síntese histórica dos processos de avaliação interna e externa da IES e de seu planejamento, bem como as ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações, conforme o inciso VIII, do artigo 3º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

2.10 Os conceitos, antes atribuídos a cada uma das dimensões, neste instrumento serão aferidos a cada um dos indicadores de cada um dos cinco eixos, de 1 a 5, da seguinte forma:

Conceito	Descrição
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

2.11 Nesse instrumento os conceitos atribuídos a cada um dos indicadores deverão ser **justificados pelos avaliadores, em campo próprio**, de forma contextualizada, abrangente e coerente.

2.12 Para fins de consolidação da proposta, em março de 2013, realizou-se no CNE, uma audiência pública com o objetivo de receber contribuições das entidades representativas de educação superior. As sugestões de trinta entidades representativas foram analisadas pela equipe técnica da DAES e pela Comissão de Revisão dos Instrumentos, considerando a pertinência em função da legislação, da filosofia e contexto do instrumento, do caráter regulatório e da indução da qualidade da educação. As contribuições foram direcionadas aos aspectos do instrumento matricial, das questões avaliativas gerais, da redação e da estrutura do instrumento, abrangendo os 5 eixos, os requisitos legais e normativos e o glossário.

3. Da versão final do Instrumento de Avaliação Institucional Externa

3.1 A consolidação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa foi pautada conforme Parágrafo único, Art. 2º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, pelo respeito à abrangência e na flexibilização, de modo a garantir, no processo avaliativo, uma avaliação das condições de oferta das instituições de

educação superior e a qualidade como referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, mantendo a concepção do instrumento como matricial, que considera as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, com foco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de Avaliação Institucional (interna e externa).

3.2 Destacam-se, na Contextualização da IES, as informações sobre o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; a política de atendimento para alunos estrangeiros; a quantidade de alunos e professores estrangeiros na IES e disciplinas ofertadas em língua estrangeira; a existência de programas de bolsas e financiamento estudantil e número de beneficiados e a existência de projetos e ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.3 Em relação ao eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional), o documento Relato Institucional ganhou ênfase, constituindo-se assim como um instrumento de análise dos processos avaliativos da própria IES, ou seja, uma meta-avaliação.

3.4 A respeito do eixo 2 (Desenvolvimento Institucional), no indicador 2.5 (Coerência entre o PDI e as ações institucionais), destaca-se o aspecto Diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural. Destaca-se ainda, nesse eixo, dois novos indicadores: (i) Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social e Coerência entre o PDI e (ii) ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial.

3.5 No eixo 3 (Políticas Acadêmicas), o indicador 3.9 (Programas de Atendimento aos estudantes) atribui em seus critérios de análise: programas de apoio aos estudantes estrangeiros e programas de acolhimento ao ingressante.

3.6 Em relação ao eixo 4 (Políticas de Gestão) foram incluídos dois aspectos nos critérios de análise do indicador 4.3 (Gestão Institucional): técnicos e sociedade civil organizada.

3.7 Sobre o eixo 5 (Infraestrutura Física), no indicador 5.3, foi retirado o termo Equivalente. O indicador passou a ter a denominação de: Auditório(s). No indicador 5.4 (Sala(s) de Professores), foi incluído o aspecto Infraestrutura de informática. O mesmo ocorreu no indicador 5.7 (Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral – TI). O indicador 5.9 (Biblioteca: infraestrutura física) recebeu um novo aspecto: condições para atendimento educacional especializado. No indicador 5.10 (Biblioteca: serviços e informatização), houve o acréscimo de três aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, bancos de dados e relatórios de gestão. No indicador 5.12 foi retirado o termo Laboratório da denominação do indicador. Assim, ele passou a ter a denominação de: Sala(s) de Apoio de informática ou Infraestrutura Equivalente. Ainda nesse indicador, entre os aspectos dos critérios de análise, houve a inclusão da Acessibilidade Física e das Condições Ergonômicas. O

indicador 5.13 (Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação) recebeu um novo aspecto: sociedade civil.

3.8 Em relação aos requisitos legais e normativos foram inseridos:

- ☐ Condições de Acessibilidade, conforme as leis nº 10.098/2002, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e a Portaria nº 3.284/2003.
- ☐ Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- ☐ Plano de cargos e carreira docente, homologação. Plano de cargos e carreira dos técnicos administrativos, homologação.
- ☐ Para Titulação do Corpo Docente para Universidades e Centros Universitários foi inserida a Resolução nº 3, de 24 de outubro de 2010;
- ☐ Para Regime de Trabalho do Corpo Docente foi incluída a Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010, para as universidades, e a Resolução nº 1/2010, para os Centros Universitários;
- ☐ Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;
- ☐ Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010;
- ☐ Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010;
- ☐ Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- ☐ Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002, Resolução CP/CNE nº 2 de 15/06/2012;
- ☐ Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme o disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012.
- ☐ Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012. Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.
- ☐ Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme o disposto na Portaria nº 1.132, de 2 de dezembro de 2009.
- ☐ Alvará de Funcionamento.
- ☐ Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).
- ☐ Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme o disposto na Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

3.9 Não houve alteração no peso dos eixos, entretanto, foram acrescentados dois indicadores no eixo 2, conforme a tabela:

EIXOS	Credenciamento	Recredenciamento e Credenciamento para Mudança de Organização Administrativa	Número de indicadores
1 Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
2 Desenvolvimento Institucional	20	20	9
3 Políticas Acadêmicas	20	30	13
4 Políticas de Gestão	20	20	8
5 Infraestrutura	30	20	16
TOTAL	100	100	51

3.10 No glossário houve a inclusão de termos novos, considerados necessários à melhor interpretação do instrumento, passando de 15 itens para 30.

4. Do Período de Transição

Durante o período de transição para o novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa serão observadas as seguintes regras:

- a) todos os processos que estiverem na fase INEP/AVALIAÇÃO aguardando preenchimento de formulário eletrônico de avaliação (FE) terão seus formulários disponibilizados conforme o novo instrumento.
- b) os processos que possuem formulários de avaliação preenchidos nos instrumentos anteriores serão avaliados segundo os padrões estabelecidos nos instrumentos em que foram preenchidos. Portanto, não se adequarão ao instrumento reformulado.

5. Da capacitação para novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa

A designação dos avaliadores do Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes (BASIS) será condicionada a participação na Capacitação para utilização do novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa que será realizada pela DAES.

6. Da Designação dos Avaliadores

Os avaliadores após participação na capacitação para o novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa serão habilitados no perfil institucional e designados conforme a disponibilidade informada e os critérios estabelecidos para esse processo.

Brasília, 7 de fevereiro de 2014.

SUZANA SCHWERZ FUNGHETTO
Coordenadora-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições do
Ensino Superior

CLÁUDIA MAFFINI GRIBOSKI
Diretora de Avaliação da Educação Superior



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no **caput** deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de

programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa **in loco**.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva

participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos,

admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o **caput** deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os arts 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro